

REVISTA

Linguagem *em pauta*



Vol. 2 | N. 1 | 2022

Linguagem em pauta

Ano 2, Vol.2., Num.1., 2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Vice-Reitor

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima

Pró-Reitora de Graduação

Jônia Tércia Parente Jardim Albuquerque

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Antônio Glaudenir Brasil Maia

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Rebeca Sales Viana

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Ana Íris Tomás Vasconcelos

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima

Diretora do Centro de Filosofia, Letras e Educação

Maria Elisalene Alves dos Santos

Coordenadora do Curso de Letras

Franciclé Fortaleza Bento

Editora-chefe

Flávia Cristina Candido de Oliveira

Editores-adjuntos

Franciclé Fortaleza Bento

Jessé de Sousa Mourão

João Paulo Eufrazio de Lima

Jorge Luiz Adeodato Júnior

Revisor

Francisco Sérgio Fernandes Carneiro

Capa

Jessé de Sousa Mourão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
OS GÊNEROS TEXTUAIS ARGUMENTATIVOS NA ESCOLA	06
Ivan Vale de Sousa	
ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO SEMINÁRIO: NOÇÕES ELEMENTARES SOB A PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO	24
Edmar Peixoto de Lima, Anadja Jeane da Silva, Jessica Rayane Marinho Félix e Hilma Liana Soares Garcia da Silva	
MOBILIZAÇÃO DOS PATHOS: A SELEÇÃO LEXICAL PARA CONVENCER E/OU PERSUADIR	50
Glaucia Peçanha Alves	

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que publicamos a segunda edição da Revista Linguagem em pauta, periódico científico vinculado ao curso de Letras – habilitações em língua inglesa e língua portuguesa – da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Esta publicação temática é composta por três artigos direcionados aos estudos linguísticos na perspectiva argumentativa.

A edição conta com a colaboração de professores-pesquisadores – mestres e doutores –, doutorandos, mestrandos, graduandos e graduados de universidades e institutos de diversas regiões do Brasil: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS/SEEDUC-RJ).

O primeiro artigo desta edição é intitulado “Os gêneros textuais argumentativos na escola”, produzido por Ivan Vale de Sousa, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em seu artigo, o autor trata da importância dos gêneros textuais argumentativos nas práticas de leitura e escrita na instituição escolar, tomando por base as tipologias textuais bem como a relevância desses gêneros no processo de letramento no contexto escolar.

O segundo artigo de Edmar Peixoto de Lima, Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professora adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Anadja Jeane da Silva, graduanda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e bolsista do PIBID; Jessica Rayane Marinho Félix, graduanda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Bolsista do PIBID; Hilma Liana Soares Garcia da Silva, Mestre em Ensino pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e supervisora do PIBID é intitulado “Argumentação no gênero seminário: noções elementares sob a perspectiva do livro didático”. Nesse trabalho, as autoras analisam os aspectos argumentativos, envolvendo a organização do gênero seminário no Ensino Médio e de que maneira esse gênero se apresenta no livro didático.

O terceiro artigo é uma análise de uma notícia de jornal do “Diário de Pernambuco” em 2019, referente ao assassinato de uma criança. O trabalho é intitulado “Mobilização do *pathos*: a seleção lexical para convencer e/ou persuadir”, de autoria de Glaucia Peçanha Alves, mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo a autora, a pesquisa analisa a mobilização dos *pathos* por meio da seleção lexical, evidenciando os efeitos de sentido gerados a partir das construções discursivas.

Agradecemos aos professores que se disponibilizaram em avaliar os artigos com seriedade e diligência. Também agradecemos as contribuições de nossos colaboradores e desejamos que as investigações, aqui elencadas, sirvam como fonte para novas pesquisas, propiciem debates e colaborem com os estudos no escopo dos estudos linguísticos sobre a argumentação no Brasil.

Flávia Cristina Candido de Oliveira

OS GÊNEROS TEXTUAIS ARGUMENTATIVOS NA ESCOLA

ARGUMENTATIVE TEXTUAL GENRES IN SCHOOL

Ivan Vale de Sousa¹

Resumo: O estudo dos gêneros textuais argumentativos na escola torna-se importante à medida que possibilita aos sujeitos tomadas de decisões necessárias nos mais variados contextos. Estas reflexões tomam o plano discursivo dos gêneros textuais, os propósitos e os sentidos dos gêneros inseridos na argumentação na função de propostas significativas de letramento promovidas nas práticas escolares. Nesse sentido, a presente reflexão parte dos seguintes objetivos: discutir a importância dos gêneros textuais nas práticas de leitura e escrita na instituição escolar; compreender como as tipologias textuais inserem-se nos gêneros textuais a partir de alguns modelos textuais apresentados e problematizar a relevância dos gêneros textuais argumentativos no processo de letramento no contexto escolar, tendo como pressupostos teóricos as discussões de Dolz (2004), Schneuwly (2004), Sousa (2015, 2018, 2019, 2021), entre outros. Assim, todas estas reflexões têm a finalidade de trazer à baila como a organização das práticas de linguagem e ensino-aprendizagem estão sendo realizadas no significativo trabalho pedagógico de ensino e aprendizagem de língua materna.

Palavras-chave: gêneros textuais argumentativos; escola; letramento.

Abstract: The study of argumentative textual genres at school becomes important as it enables subjects to make the necessary decisions in the most varied contexts. These reflections take the discursive plane of textual genres, the purposes and meanings of the genres inserted in the argumentation in the function of significant literacy proposals promoted in school practices. In this sense, the present reflection starts from the following objectives: to discuss the importance of textual genres in reading and writing practices in the school institution; to understand how textual typologies fit into textual genres from some textual models presented and to problematize the relevance of argumentative textual genres in the literacy process in the school context, having as theoretical assumptions the discussions of Dolz (2004), Schneuwly (2004), Sousa (2015, 2018, 2019, 2021), among others. Thus, all these reflections aim to bring to light how the organization of language and teaching-learning practices are being carried out in the significant pedagogical work of teaching and learning the mother tongue.

Keywords: argumentative textual genres; school; literacy.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E.M.E.F. Novo Horizonte, Parauapebas, (SEDUC – Pará). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041066401336527>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7244-2823>. E-mail: ivan.valle.de.sousa@gmail.com

Introdução

Todas as práticas de leitura e escrita no contexto escolar se constituem como práticas de letramento. A leitura, nesse sentido, assume importância precisa por possibilitar que os argumentos dos sujeitos encontrem espaço de realização linguístico-social no fazer pedagógico, bem como no trabalho com a escrita promovido na formação de bons produtores de textos na contemporaneidade.

Ao produzir textos, os sujeitos aproximam as concepções que têm sobre a língua materna, compreendem que não se pode separar as tipologias textuais do campo discursivo dos gêneros de textos, que, para cada estilo textual, existem interlocutores e suportes textuais específicos. Assim, nenhum texto está fora de uma esfera comunicativa e social, visto que no texto são encontrados mundos linguísticos e sociais possíveis de estruturar as discussões e as aprendizagens.

A discussão referente aos gêneros textuais corrobora na formação linguística dos sujeitos nos diferentes níveis do processo de ensino-aprendizagem como processo de autoformação. Os textos inseridos em um propósito de gêneros, isto é, estruturados em um modelo específico oferecem os caminhos possíveis de reflexão de uma educação democrática, possível, real e inclusiva para a identidade dos sujeitos.

É na concepção de uma educação linguística dinâmica, democrática, possível e inclusiva que as reflexões deste trabalho partem dos pressupostos teóricos inseridos nas reflexões de Dolz (2004), Schneuwly (2004), Sousa (2015, 2018, 2019, 2021), entre outros que trazem a discussões dos gêneros textuais às propostas possíveis de ensino e aprendizagem.

Nessa concepção, este trabalho divide as reflexões em três propostas discursivas, além desta Introdução. Na primeira parte, os gêneros textuais são vistos como práticas autênticas de ensino e aprendizagem; na segunda, as discussões voltam-se para a importância das tipologias textuais e dos gêneros textuais e, por fim, os gêneros argumentativos são discutidos à luz de uma proposta inclusiva capaz de potencializar o espaço da sala de aula o trabalho com a produção de argumentos e discursos demonstrados no protagonismo dos alunos sobre as esferas comunicativas da língua.

Os gêneros textuais nas autênticas práticas escolares

As práticas de ensino e aprendizagem ao longo do tempo vêm passando por mudanças significativas com a finalidade de aproximar os sujeitos dos propósitos e dos significados da língua. Não basta apenas ensinar a Língua Portuguesa aos já falantes da língua sem que as finalidades e as estratégias de ensino não estejam adaptadas às reais necessidades linguísticas e sociais dos sujeitos.

Sempre que se ensina algo a alguém, neste caso ao estudante, têm-se finalidades estabelecidas e propiciadoras do enriquecimento das múltiplas aprendizagens. Nesse sentido, as aprendizagens devem ser entendidas de uma maneira dinâmica e diversa, já que cada aluno aprende de uma maneira; torna-se importante o uso de diferentes metodologias, entre elas as metodologias ativas, as metodologias colaborativas ou outras que o professor considere necessárias, visto que as maneiras próprias de aprender e construir saberes podem ser desenvolvidas na escola. Isso implica dizer que, para cada forma de ensino, existe uma base fundamental de estruturação e concepção dos elementos da língua.

É nessa perspectiva que a relevância dos gêneros textuais é de extrema significância no processo de formação e letramento dos sujeitos inseridos nas situações diversas de aprendizagem. Ao destacar a importância dos gêneros no ambiente escolar, torna-se impossível destacar todos eles, uma vez que a cada nova interação e relação do sujeito com a linguagem em um contexto social, novos gêneros textuais são produzidos.

Como práticas autênticas de trabalho com os gêneros textuais, as propostas pedagógicas colocam em destaque o que os sujeitos já sabem e o que precisam aprender. E compreender como as atividades de linguagem tornam-se autênticas no processo de formação dos alunos implica considerar que eles já têm experiências com as variedades da língua. Para Dolz, Schneuwly, Haller (2004):

Os gêneros constituem a referência essencial para abordar a infinita variedade das práticas de linguagem e o meio de tratar a heterogeneidade constitutiva das unidades textuais. São instrumentos – ou melhor, *megainstrumentos*, visto que podemos considerá-los como a integração de um grande conjunto de instrumentos num todo único – que fazem a mediação da atividade de linguagem comunicativa (DOLZ; SCHNEUWLY; HALLER, 2004, p. 146, grifo dos autores).

Apesar de ser impossível apresentar a descrição de todos os gêneros textuais e demonstrar todos os exemplos de como são estruturados na prática, não se tem como negar que a comunicação nas diferentes esferas públicas sociais faz uso dos gêneros textuais. Não se pode com isso desconsiderar a importância de trabalho pedagógico e, ao mesmo tempo, de letramento que os gêneros têm relevância fundante no processo de alfabetização e letramento.

Os gêneros textuais estão estruturados em modelos de concepções dialógicas, inseridos nas tipologias narrativas, descritivas, argumentativas, injuntivas e expositivas. Para cada modelo de estruturação, as características de produzi-los são diferentes, considerando que, em um mesmo texto, pode ocorrer o encontro de mais de uma característica. Por exemplo, nos gêneros de textos narrativos, a descrição faz parte do processo de construção da narrativa, pois ao revelar ao leitor os contextos e as ações das personagens, realiza-se um processo descritivo, sendo que a predominância recai no foco narrativo.

Não faz sentido à prática escolar o ensino dos gêneros textuais omitir diferenças, sentidos e finalidades como se todo gênero de texto fosse igual desde o plano de estudo, produção, leitura e análise. Todo gênero textual apresenta uma esfera comunicativa e nessa esfera estão os sujeitos se reinventando por meio da linguagem, por isso “a escolha de um gênero depende da esfera comunicativa, das necessidades temáticas, dos interlocutores e da vontade do ator” (SCHNEUWLY, 2004, p. 116).

Não se propõe uma abordagem de ensino dos gêneros textuais sem que as discussões não permeiem a discussão das tipologias textuais definidas na sequência predominante na finalidade de produzir e compreender a relevância dos gêneros. Nesse sentido, cumpre dizer, ainda, que a reflexão das tipologias textuais abrange a discussão da narração, dissertação, explicação, descrição, predição, injunção e exposição, visto que essas tipologias predominam na produção de quaisquer gêneros textuais.

As tipologias textuais estão presentes nos gêneros, tornando-os diversificados e heterogêneos. Nenhum gênero textual apresenta uma homogeneidade tipológica, visto que há o encontro de várias, contudo, a predominância de uma delas sobressaia-se na produção e na realização do texto.

Hoje, é impossível ensinar Língua Portuguesa sem que as estratégias de trabalho com os gêneros textuais não tomem como objetos de ensino as capacidades de linguagem, o conhecimento, a discussão, a leitura, a produção e a análise de gêneros textuais diversos.

Pensando nisso, sabe-se que as formas de ensinar e aprender na contemporaneidade não são iguais aos tempos de outrora em que o texto não era visto como objeto de ensino, trabalhava-se com o texto apenas com fins interpretativos e com a produção baseada na lógica descontextualizada, em que se solicitava ao aluno a produção de um determinado texto orientado pela indicação: produza um texto falando de suas férias, de um passeio ou de um encontro em família.

Assim era a realização de trabalho com o texto em sala de aula, o aluno não tinha conhecimento se o texto seria de predominância narrativa, descritiva, dissertativa ou lógico-explicativa, tampouco conhecia as características e estruturas do gênero textual que deveria utilizar, apenas escrevia para cumprir um determinado programa de aprendizagem, era o uso do texto sem fins estabelecidos.

Na concepção de tomar o texto como possibilidades de contextos linguísticos e sociais inusitados com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto passou a ser pensado como parte constituinte do discurso, isto é, tornando-se o próprio discurso e se tornar o ponto inicial de toda proposta de ensino, visto que não se foca mais no ensino “decoreba”, mas sim, na prática de ensino reflexiva dos fatores da língua.

Ao refletir sobre a língua e suas variedades, compreende-se que o contexto social infere significativamente aos diferentes processos de ensino-aprendizagem. Nessa visão múltipla, considera-se o espaço escolar como espaço diverso em que muitas comunidades linguísticas são construídas e, por isso, devem ser consideradas, uma vez que os alunos trazem para o contexto escolar as influências que recebem nos convívios sociais com os amigos, com a família e com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.

O estudo da língua, nessa concepção, não está centrado no estudo isolado e improdutivo da frase. O conhecimento da língua passa pelo entendimento do texto e todo texto está inserido em um gênero textual com propósitos e sentidos específicos às situações de interlocução, contextualização e suportes de divulgação.

Assim, a linguagem no seu plano material precisa de suportes para que os interlocutores enxerguem as finalidades assumidas nos textos.

O trabalho com os gêneros textuais torna-se necessário às práticas escolares por inserir os sujeitos em contextos de possibilidades de compreensão de como a linguagem se estrutura em cada texto. Assim, para cada estilo de gênero, há um modelo didático específico, compreendendo que a “construção de um modelo didático pode ser considerada a explicitação de um conjunto de hipóteses fundadas sobre certos dados, quando estes estão disponíveis” (DOLZ; SCHNEUWLY; HALLER, 2004, p. 151).

Não se pode apenas falar da relevância dos gêneros textuais sem a relação deles com os agentes comunicativos e os suportes textuais, conforme Sousa (2015). Todo texto quando é produzido parte de um contexto de produção, de uma orientação ou de uma situação comunicativa social da linguagem. É nesse sentido, que a necessidade também de abordagem dos suportes, isto é, as bases para os textos sejam explicitadas aos alunos para que não sejam apenas reprodutores de discursos, mas sujeitos capazes de produzir novos discursos e respeitar as vozes de outrem que dialoguem com os discursos próprios.

A questão sobre suporte de gêneros textuais na escola é tão importante quanto o trabalho com o próprio gênero. O essencial, nesse sentido, é esclarecer aos alunos que para cada estilo de gênero, há um interlocutor e um suporte específico. Refletindo sobre o espaço autêntico da escola, os suportes de gêneros são muitos, por exemplo, o mural e o livro didático que trazem uma infinidade de propósitos comunicativos dos gêneros e, nessa concepção, o suporte mais utilizado no espaço escolar é o livro didático que “traz a sistematização e a organização dos diversos gêneros necessários ao processo de letramento estudantil” (SOUSA, 2015, p. 151).

É importante compreender também que a noção de domínio discursivo se realiza de maneira dinâmica na organização das diferentes esferas dos textos escritos encontrados no dia a dia, na sociedade e na vida pública. Ao escrever um texto não se faz no plano do acaso, estruturam-se modelos e sentidos à luz de um gênero textual inserido no núcleo de um domínio discursivo. As escolhas lexicais, temáticas e as construções gramaticais são historicamente estabelecidas em cada noção de domínio discursivo que o texto se insere.

O domínio discursivo representa as finalidades pelas quais o texto passa a ser planejado, pensado e escrito, mantendo relação com a noção de suporte textual que assume a função de domínio discursivo como espaço socialmente abstrato e concreto, residindo no nascimento e na divulgação do gênero. Além disso, o suporte textual pode assumir tanto uma base virtual, referindo-se às tecnologias, quanto física para que o gênero de texto seja demonstrado.

O trabalho metodológico com os gêneros textuais torna-se inovador, além de possibilitar uma aprendizagem significativa para o contexto social do sujeito à medida que são oferecidas as condições aos sujeitos para se expressarem, reavaliarem e produzirem discursos a partir de uma finalidade comunicativa estabelecida.

Assim, o ensino dos gêneros textuais constitui-se também como práticas autênticas e significativas das aprendizagens da linguagem, além de significar que as experiências dos alunos sejam consideradas no trabalho com a leitura e escrita. Posto isso, a seguir, discutiremos sobre o ensino das tipologias e dos gêneros textuais no ambiente escolar.

O ensino das tipologias e dos gêneros textuais no contexto da escola

Quando se ensina a produção do texto nas práticas escolares, ensinam-se os sujeitos a compreenderem que a linguagem não permanece a mesma. Os sentidos de cada texto mudam, porque mudam as propostas e as finalidades de ensino; ao ensinar os gêneros de textos, trabalha-se com o conjunto das tipologias textuais, visto que não é possível separar as tipologias do plano de constituição dos gêneros de textos.

Ao ensinar os gêneros textuais não se menospreza a importância das tipologias, nem o relevante trabalho com a gramática. No texto, encontra-se a gramática, já que não há texto que não se utiliza a gramática, nem língua que não tenham uma gramática específica. Assim, entende-se que nem sempre a gramática está explícita, por isso a necessidade propositiva de trabalho com os “gêneros textuais deve oferecer aos sujeitos espaços para usos da oralidade e escrita por meio de gêneros selecionados na organização das falas na modalidade escrita do texto e na ampliação de enunciados às finalidades da língua” (SOUSA, 2018, p. 39).

Na formação dos falantes de língua materna, é preciso destacar as bases para uma boa escrita e autêntica produção. Ao propor a reflexão sobre a formação leitora dos sujeitos, dois tipos de leitores e escritores são conhecidos: o bom e mau leitor e escritor. O bom leitor e o autêntico escritor desenvolvem ferramentas capazes de tornar o texto uma fonte de comunicação. O bom escritor comunica-se por meio de seu texto, torna as ideias claras e as inserem nos domínios discursivos, remodelando o percurso linguístico, autocrítico e o encadeamento das ideias estabelecidas.

O bom escritor tem consciência de que o texto não é um produto final, mas sim, um processo de construção que pode ser refeito e realinhado a cada novo contato com o texto, a cada nova leitura e a cada nova experiência com as modalidades textuais. O bom escritor passa a ser um estrategista, porque estuda, pesquisa e reorganiza os discursos, é consciente de que o texto precisa ser um ato comunicativo, atribuindo à produção objetividade, clareza, ordenamento das ideias e legibilidade, além de construir enunciados enfáticos, produz com eficácia e originalidade o itinerário da própria escrita.

Já o mau escritor é totalmente antagônico e contrário ao fazer do bom escritor, visto que aquele não desenvolve um processo de autocrítica do que pode ser melhorado e organizado no próprio texto. Além disso, o mau escritor não entende a prática reflexiva como uma experiência capaz de ampliar as concepções acerca da própria língua; apenas inicia o texto sem norte e o encerra de maneira romantizada, apresentando um desfecho qualquer, não obedece a um plano de estética e se esquece de manter o paralelismo durante a organização das ideias textuais.

O texto de um mau escritor não considera os contextos e todos os modelos de textos, para ele todos os textos simbolizam a mesma forma de escrita, além de conter o mesmo sentido. O mau escritor não se preocupa também com seu interlocutor com o nível de conhecimento deste, não se preocupa com a revisão do próprio texto, o importante é dá-lo como concluído, não demonstra apreço às informações e sendo desleal com seu leitor. Não organiza as informações no plano discursivo do texto, nem sequer demonstra compromisso com a esfera textual cujas finalidades são somente finalizar e entregar o protótipo de texto e, principalmente, o que entende como sendo um texto.

Assim, no trabalho com os gêneros textuais podemos encontrar em um mesmo gênero diferentes marcas dialógicas das tipologias textuais, não desconsiderando que a predominância de uma delas seja destacada no texto. Em uma carta pessoal, por exemplo, pode-se encontrar a ocorrência das esferas narrativa, argumentativa e descritiva, embora uma delas apenas torna o plano de constituição dos argumentos apresentados especificado.

Nessa concepção, cumprindo o propósito reflexivo deste trabalho, alguns exemplos de gêneros textuais ganham notoriedade no espaço dialógico e textual desta abordagem, para isso, apresento aos leitores apenas quatro modelos textuais que podem ser ampliados no trabalho metodológico de sala de aula.

Texto 1: O ganso azarado

Um grupo de pesquisadores ingleses instalou transmissores eletrônicos em seis gansos de uma espécie irlandesa para acompanhar a jornada de mais de 7000 quilômetros até o Canadá Ártico, cumprida todos os anos para acasalamento.

Após dois meses e meio verificando seu progresso diário, os pesquisadores perceberam que um deles, apelidado de “Kerry”, parou subitamente de se locomover na remota ilha canadense de Bathurst, já na etapa final da viagem de ida. Intrigados, perseguiram o sinal até descobrir Kerry no freezer de uma casa. O ganso havia superado tempo ruim, montanhas de gelo e predadores naturais, mas não escapou da mira certa de um esquimó, que o abateu em pleno voo e planejava jantá-lo naquele mesmo dia.

Fonte: Revista Veja, 4 set. 2002, p. 92.

O texto em questão é narrativo e caracteriza-se pelo relato de um fato, isto é, um ganso que fazia parte de uma pesquisa, sendo morto no final da narração. O texto apresenta um espaço concreto, além de demonstrar termos reais que se referem ao mundo realístico. É possível compreender que o texto produzido apresenta durante os enunciados uma relação de anterioridade e posteridade dos fatos ocorridos, em que a predominância do tempo verbal é marcada pelo uso do pretérito perfeito do modo indicativo.

Pode-se dizer que a elaboração de um texto se constitui de uma prática de arquitetura textual em que as modalidades textuais tomam formas e sentidos. Nem sempre confeccionar, tecer ou produzir um texto são tarefas fáceis, constituem-se de um processo dinâmico que os sujeitos colocam em destaque o que sabem, o que precisam adquirir e como podem aprender.

Como é possível perceber ainda, a tipologia está implícita no texto e o texto, como forma concreta ou abstrata da linguagem, estrutura-se por meio dos gêneros textuais, sendo impossível dissociar as tipologias do plano dos gêneros textuais. Isso nos leva a compreender que se faz preciso ensinar o texto como uma representação possível da linguagem, uma forma de comunicação e interação em que os sujeitos se utilizam e produzem socialmente.

Texto 2: O Cortiço

Era um pobre diabo caminhando com os setenta anos, antipático, cabelo branco, curto e duro, como uma escova, barba e bigode do mesmo teor; muito macilento, com uns óculos redondos que lhe aumentavam o tamanho da pupila e davam-lhe à cara uma expressão de abutre, perfeitamente de acordo com o seu nariz adunco e com sua boca sem lábios; viam-se lhe ainda todos os dentes, mas tão gastos que pareciam limados até o meio. Andava sempre de preto, com um guarda-chuva debaixo do braço e um chapéu de Braga enterrado nas orelhas.

Fonte: (AZEVEDO, 1890, p. 22).

O texto de Aluísio de Azevedo é um texto predominantemente descritivo, obedecendo a um processo linear durante a função descritiva, em um contexto linguístico crescente. Há no texto uma noção de anterioridade e posterioridade, em que o uso de adjetivos e locuções adjetivas cumprem a finalidade de situar o leitor das condições, características físicas e psicológicas da personagem na predominância temporal do pretérito imperfeito.

Basta realizar uma leitura do texto para perceber que a predominância da tipologia descritiva se destaca, sem deixar também de narrar as atitudes da personagem. Logo, o texto supramencionado insere-se na ótica da narrativa em que os estados físicos e psicológicos da personagem são apresentados ao leitor.

Texto 3: Implantes dentários

Sabemos que os implantes dentários são usados para substituir eventual perda de dentes naturais. Esses implantes funcionam como os dentes naturais?

Nenhum material até hoje fabricado funcionará como os dentes naturais. No entanto, na maioria dos casos, os implantes, quando indicados, funcionam melhor do que as próteses removíveis convencionais e propiciam ao paciente comer, falar e sorrir sem preocupar-se como possíveis movimentos indesejáveis das ditaduras e das pontes móveis.

(Luís Cohen Rubin)

Fonte: Zero Hora, Porto Alegre, 10 ago. 2020, p. 28.

O plano de elaboração do texto baseia-se na explicação e no esclarecimento sobre os implantes dentários. O texto atende a uma questão de problemática de políticas públicas de saúde, categorizando-se como um texto informativo, inserindo-se nos gêneros textuais de cunho científico-social por abordar uma questão tão urgente e esclarecedora à sociedade.

No texto, há a predominância do tempo verbal do presente do indicativo, além disso, é possível encontrar alguns marcadores argumentativos (*no entanto, e*) que propõem o encadeamento da ideia-síntese defendida pelo autor. É, pois, um texto de cunho social, além de esclarecer sobre a relevância dos implantes e mostrar-se necessário na abordagem das práticas de ensino e aprendizagem.

Texto 4: Sol predominará no Estado

O sol predominará no Estado, por conta de uma massa de ar polar que vai aos poucos perdendo força na costa da Região Sul. A temperatura sobe ao longo do dia, associada com os ventos que sopram do quadrante norte. A segunda-feira ainda permanece ensolarada e com temperatura em elevação. O tempo muda no decorrer da terça-feira, quando uma frente fria chega causando pancadas de chuva na parte central e no norte do Rio Grande do Sul. Entre quarta e quinta-feira, uma nova massa de ar polar chega ao Brasil.

Fonte: Zero Hora, Porto Alegre, 11 ago. 2002, p. 34.

O texto em questão foi produzido sobre a tipologia preditiva, sendo, pois, um texto preditivo que tem como base a orientação e a previsão sobre o tempo. É uma forma textual inserida nos gêneros boletins meteorológicos que apresenta uma causalidade, considerando algumas questões relacionadas ao tempo, há a perspectiva de tempos verbais indicativa de futuro e destacando ainda a descrição de alguns adjetivos.

Os exemplos de textos apresentados narram, descrevem e informam sobre contextos, fatos e situações, baseando-se em um assunto específico e situando as discussões em um tempo. As tipologias não podem ser retiradas dos textos, porque são próprias da produção e cada um deles se insere em um gênero textual específico e propositivo na prática de escolarização.

Na escola, ensinam-se os gêneros textuais e neles estão as tipologias, não sendo possível produzir textos sem que as funções de ler, falar e escrever na instituição escolar promovam um processo de separação das tipologias dos gêneros; essas esferas comunicativas se imbricam na produção dos sentidos que se

pretendem propor aos textos produzidos, mostrando-se tão significantes as necessidades de ensino do texto nas múltiplas aprendizagens.

O trabalho com o texto tem a finalidade de espriar a língua, revelando seus contextos de uso e as funções com os intertextos presentes em níveis variados, considerando que a visibilidade dada ao ensino de língua passa pela prática contínua das reflexões inseridas no plano textual (SOUSA, 2021, p. 96).

A prática textual na escola não tem por base apenas o conhecimento dos textos que circulam na sociedade. É preciso desenvolver um projeto pedagógico e contínuo de leitura, análise e produção, já que o trabalho com o texto deve representar toda a orientação de ensino das atividades de linguagem e, no ensino de língua materna, não se pode omitir, nesse sentido, que os textos trazem para o mundo leitor diferentes contextos e esferas comunicativas.

Os fundamentos teóricos de ensino dos gêneros textuais nas práticas de ensino e aprendizagem são necessários à formação dos sujeitos, não bastando apenas a discussão do texto, claro que é necessária, mas é preciso propor um processo de experiência do texto com o texto, somente aprendemos a produzir bons textos quando as experiências com as esferas comunicativas são autênticas e possíveis.

Não há uma dualidade entre o ensino das tipologias e dos gêneros textuais. Há um exercício coerente e autoformativo capaz de explicar sobre a impossibilidade de colocar os gêneros de textos de um lado e as tipologias textuais de outro; as tipologias e os gêneros imbricam-se. Assim, é possível e preciso ensinar os gêneros de textos na formação linguística dos falantes da língua, reconhecendo que as tipologias estão presentes em todos os modelos de gêneros investigados, revelando como o letramento com os gêneros argumentativos se estabelece, conforme demonstrado na sequência.

Os gêneros argumentativos e o letramento pedagógico

O letramento escolar é multifacetado por apresentar uma diversidade de experiências dos leitores com o plano de recepção, estudo e elaboração do texto. As práticas sociais de leitura e escrita no ambiente pedagógico simbolizam as marcas

possíveis dos letramentos escolares, embora isso não desconsidere a importância de compreender os letramentos em uma concepção social.

Ao trabalhar com os gêneros textuais argumentativos nas práticas de ensino e aprendizagem, os falantes da língua têm a oportunidade de perceber quão inusitado, desafiador e encantador é o mundo da linguagem. Não se trabalha com o texto apenas para cumprir um programa definido pela escola, trabalha-se com o texto, porque nele é possível observar uma multiplicidade de ocorrências oriundas da língua materna que o falante utiliza.

Todos os gêneros textuais apresentam uma organização interna, estruturação dos conteúdos e produção dos sentidos requeridos por cada modelo de texto e essa organização interna não deixa de ser contemplada nos gêneros textuais argumentativos. Ao argumentar por meio dos gêneros, o sujeito apresenta causas e consequências, faz uso dos marcadores argumentativos que funcionam como uma estrutura em que seus pontos são interligados na produção dos sentidos e na progressão do texto.

Nos gêneros textuais argumentativos as ideias são dinâmicas nas formas como tais textos são organizados, além de inserir o leitor na situação-problema textual, compreendendo que os textos argumentativos vão além da “[...] mera informação. Com discurso personalizado, a modalidade dissertativa argumentativa (*sic*) expõe o fato e apresenta um posicionamento do autor do texto sobre este fato explicado. Sua finalidade é a persuasão, a tentativa de convencer o leitor” (VIANA, 2009, p. 16).

Nessa concepção, a escrita e a fala não são modalidades semelhantes na língua, basta perceber que nas práticas de escrita e oralidade os procedimentos de organização do pensamento e da produção dos discursos são particularizados e associados aos contextos e às condições de produção. A escrita sempre está inserida em um contexto diferente da oralidade que se utiliza de outros elementos e inferências para produzir as progressões e retomadas na oralidade.

Os gêneros argumentativos trabalhados na escola são muitos e, quase sempre, o aluno não se dá conta da diversidade de textos que o cerca. O texto funciona no processo de letramento como um artefato verbal carregado de sentidos que são construídos à medida que o leitor é capaz de desvendá-los por meio do ato

da leitura. Escrever um texto não significa apenas produzir códigos verbais para atender a uma demanda; escrever textos exige planejamento prévio, escolhas articuladamente possíveis e execução monitorada.

Ao lançar luzes nas formas de pensar o que venha a ser um texto, há a necessidade também de compreender e discutir o que não pode ser considerado um texto. Logo, um conjunto de frases sem que haja uma unidade de sentido e encadeamento entre elas não pode ser tomado como texto, tampouco um conjunto de palavras que não mantenha aproximação do ponto de vista linguístico, morfológico e semântico de constituição não pode ser entendido também como texto (SOUSA, 2019, p. 19).

Como artefato verbal, o texto precisa ser construído como uma garantia interna de uma unidade de sentido capaz de orientar o leitor no percurso de organização e compreensão das formas linguísticas evidenciadas no plano textual. O trabalho com a textualidade argumentativa mostra-se essencial para ensinar e despertar os alunos a produzirem argumentos ou tomarem outros que fundamentem os próprios mecanismos linguísticos e os sentidos estabilizados no texto.

Não é por acaso que a etimologia da palavra *texto* representa o particípio passado de *textum* do verbo latino *texere*, que em português significa “tecer”. Em outras palavras, não por acaso se diz que a produção de um texto representa um processo de construção dos fios que se interligam para a construção de uma unidade de sentido. Assim, para um tema gerador que oriente a produção do texto, outros discursos vão se interligando, construindo um todo discursivo, uma unidade de sentido possível de emergir os discursos aceitáveis e compreensíveis.

A escola como agência formadora trabalha, continuamente, com os textos diversos e possíveis de ensinar os alunos a construí-los, requerendo elaboração de práticas dinâmicas e diversificadas, visto que, na produção de um texto de quaisquer gêneros, “[...] não basta ir amontoando discursos e juntando sentenças. É preciso submeter o conteúdo e a forma a determinada articulação de sentidos, capaz de dotar o texto de sentido global” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 67).

A compreensão da globalidade do texto passa pela estruturação dos discursos que se organizam no gênero textual estabelecido. A organização desses discursos inseridos nos gêneros argumentativos passa pelo conhecimento e pela produção dos tipos de argumentos que os sujeitos utilizam em suas produções, com fins a promover a argumentação capaz de convencer o interlocutor.

Nos gêneros textuais argumentativos, o produtor do texto apenas realiza uma argumentação convincente quando tem conhecimento de causa do conteúdo e dos discursos que podem ser produzidos, bem como da utilização de diferentes argumentos, como: argumento de autoridade, argumento baseado no consenso, argumento baseado em provas concretas e argumento da competência linguística.

O espaço de amostragem e aprendizagem desses argumentos é o próprio texto. Não se pode falar de texto sem que não se demonstre nele a relevância de construção dos argumentos, visto que “[...] todo texto argumentativo possui uma tese. A tese consiste na posição ideológica ou na conclusão geral a que se chega quando se defende uma questão. É uma afirmação que o sujeito apresenta para a aprovação do interlocutor” (KÖCHE; BOFF; PAVANI, 2006, p. 68).

Os gêneros textuais argumentativos fundamentam-se no desenvolvimento de uma tese que o orador, quem produz o texto ou tem a palavra, envolve o auditório, os interlocutores, no jogo argumentativo, demonstrando as convicções que sobre o assunto e quais são os discursos e argumentos produzidos. O auditório pode recepcionar o dizer do orador ou contrapor-se a ele, revelando suas convicções sobre o assunto discutido.

Argumentar a partir dos gêneros textuais na escola significa instrumentalizar os sujeitos e ampliar as práticas de letramento que se produzem no ambiente escolar. Isso implica na formação de sujeitos responsivos, reflexivos, críticos e capazes de construir seus argumentos na constituição do exercício pleno da cidadania. A prática da argumentação na escola, nesse sentido, possibilita aos sujeitos vivenciarem suas experiências linguísticas à luz da plenitude dos direitos e deveres sociais e linguísticos.

Assim, nesse sentido, evidenciando a importância dos gêneros textuais argumentativos no processo de letramento e formação dos sujeitos, alguns exemplos de gêneros com predominância da argumentação são destacados a seguir. Não se faz neste trabalho a descrição de cada um deles, apenas apresenta-se a finalidade de demonstrar que a diversidade textual de gêneros argumentativos pode ser trabalhada no processo de letramento escolar.

Figura 1: Organograma dos Gêneros Argumentativos

Fonte: Autoria Própria, 2022.

No organograma são apresentados apenas alguns dos gêneros textuais argumentativos que podem ser trabalhados no contexto da sala de aula e na formação das capacidades linguísticas dos alunos, reiterando que, para cada um deles, há um projeto diferenciado de ensino. Além dos gêneros apresentados no organograma, outros modelos textuais podem ser propostos nas aprendizagens.

Os gêneros textuais argumentativos no processo de letramento dos alunos contribuem com as formas de compreensão como os discursos podem ser formulados e estruturados. Não é pretensão deste trabalho discorrer sobre cada um deles de maneira enfadonha, mas sim, demonstrar que as dimensões discursivas argumentativas dos gêneros podem ser propostas no processo de aprendizagem e na ampliação dos letramentos.

Considerações finais

A argumentação está presente nos gêneros categorizados na dimensão argumentativa com a finalidade de ensinar os sujeitos a tomarem decisões em determinadas situações comunicativas da linguagem. Ao trabalhar com os gêneros

argumentativos, sobretudo no contexto da educação básica, o professor oferece as condições possíveis de discussão de problemas sociais controversos.

As práticas de leitura e escrita tornam-se autênticas à medida que os alunos têm a possibilidade de compreender quão encantador e inusitado é o mundo de trabalho com o texto. Quando se escrevem os textos, pensam-se nos interlocutores, colocam-se em destaque conhecimentos de mundo e com os saberes pedagógicos. Ler e escrever, nesse sentido, tornam-se práticas sociais de letramento promovidas pela instituição escolar.

A realização de um projeto de ensino e aprendizagem à luz da produção de textos carece de propósitos planejados e definidos para cada fim. Não ensinamos os gêneros textuais na escola apenas como uma política de inserção dos textos nas práticas escolares; ensinamos que nos textos se podem encontrar as variedades assumidas pela língua e as condicionantes que as práticas pedagógicas de ensino precisam ser reestruturadas.

Ao trazer à baila a importância dos gêneros textuais argumentativos, trazem-se também os contextos sociais e linguísticos de produção dos gêneros argumentativos. Assim, a argumentação está nos textos argumentativos com a finalidade de ensinar os sujeitos a sustentarem, refutarem e negociarem os argumentos que estão sendo estabelecidos na promoção de uma educação linguística capaz de enxergar nos textos o acesso aos conhecimentos dinâmicos de língua materna.

Referências

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim, *et al.* **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2004.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006.

SCHNEUWLY, Bernard. Palavra e ficcionalização: um caminho para o ensino da linguagem oral. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim, *et al.* **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2004.

SOUSA, Ivan Vale de. Competências e saberes compartilhados nos murais didáticos. *In: Seminário de ensino-aprendizagem de Línguas e Literatura; Seminário interação e subjetividade no ensino de Línguas*, 2015. Marabá. Anais. Marabá – PA: UNIFESSPA, 2015.

SOUSA, Ivan Vale de. **Língua Portuguesa em cena: ensino, sujeito e contexto**. 1. ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2018.

SOUSA, Ivan Vale de. **Ler e produzir textos: metodologias e orientações no ensino**. 1. ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2019.

SOUSA, Ivan Vale de. **Alunos no espelho: coesão e coerência textuais**. 1. ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2021.

VIANA, Júnia Andrade. **Redação para concursos**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2009.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: texto e discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

Submetido em 19 de maio de 2022.

Aceito em 27 de julho de 2022.

ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO SEMINÁRIO: NOÇÕES ELEMENTARES SOB A PERSPECTIVA DO LIVRO DIDÁTICO

ARGUMENTATION IN THE SEMINAR GENRE: ELEMENTARY NOTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF THE TEXTBOOK

Edmar Peixoto de Lima¹
Anadja Jeane da Silva²
Jessica Rayane Marinho Félix³
Hilma Liana Soares Garcia da Silva⁴

Resumo: O seminário, muitas vezes, é compreendido como um gênero pertencente, apenas, ao ambiente universitário; no entanto, o livro didático (LD) revela a necessidade também de se discutir esse tema na Educação Básica, uma vez que essa ação desponta, inclusive, como uma atividade avaliativa em diversos espaços estudantis. Nesse sentido, esta investigação objetiva analisar os aspectos argumentativos que envolvem a organização do gênero seminário no Ensino Médio e se propõe a responder os seguintes questionamentos: como esse gênero é tratado na Educação Básica? e quais estratégias são evidenciadas no LD, quando orienta o aluno no processo de organização do seminário? Metodologicamente, o presente estudo elege como foco analítico a obra intitulada *Se liga na língua vol. 2*. E, como referencial teórico, fundamenta-se nos pressupostos defendidos por Bakhtin (1997), Marcuschi (2003), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Schneuwly e Dolz (2011), Koch e Elias (2017), entre outros estudiosos. Do ponto de vista das análises, o LD revela que o seminário: i) faz parte das diversas atividades educacionais; ii) tende a influenciar a audiência sobre a defesa de posicionamentos, portanto, necessita do uso de estratégias argumentativas e iii) instiga a adequação da língua. Diante desses dados, a presença do gênero na Educação Básica figura como uma prática importante no processo de formação estudantil, considerando, sobretudo, a relevância das ações de planejar a atividade, de organizar, sistematizar e sequenciar os conhecimentos, assim como, de viabilizar o engajamento dos alunos envolvidos na construção e exposição do seminário escolar.

¹ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora-adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3705801164982732>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8827-113>. E-mail: edmarpeixoto@uern.br.

² Graduanda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7090192310249131>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4022-8539>. E-mail: anadjaeane@gmail.com.

³ Graduanda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3664512968781554>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7594-8870>. E-mail: jessicafelix@alu.uern.br.

⁴ Mestre em Ensino pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6535276458422852>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5232-2058>. E-mail: hilmaliana14@gmail.com.

Palavras-chave: princípios argumentativos; aspectos organizacionais; seminário; livro didático.

Abstract: The seminar is often understood as a genre belonging only to the university environment; however, the textbook (LD) also reveals the need to discuss the topic in Basic Education, since this action even emerges as an evaluative activity in various student spaces. In this sense, this investigation aims to analyze the argumentative aspects that involve the organization of the seminar genre in High School and proposes to answer the following questions: how is this genre treated in Basic Education? and what strategies are evidenced in the textbook, when it guides the student in the process of organizing the seminar? Methodologically, the present study chooses as an analytical focus the work entitled *Se liga na língua* vol. 2. And, as a theoretical framework, it is based on the assumptions defended by Bakhtin (1997), Marcuschi (2003), Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Schneuwly and Dolz (2011), Koch and Elias (2017), among others scholars. From the analysis point of view, the LD reveals that the seminar: i) is part of the various educational activities; ii) tends to influence the audience on the defense of positions, therefore, it requires the use of argumentative strategies and iii) instigates the adequacy of the language. Given these data, the presence of gender in Basic Education appears as an important practice in the student training process, considering, above all, the relevance of actions to plan the activity, to organize, systematize and sequence knowledge, as well as to enable the engagement of students involved in the construction and exhibition of the school seminar.

Keywords: argumentative principles; organizational aspects; seminar; textbook.

Introdução

O ambiente escolar proporciona aos alunos e professores a interação entre vários grupos sociais, pertencentes a culturas diferenciadas, viabilizando formas de linguagens também singulares. Esse processo interacionista reivindica dos envolvidos a capacidade de mobilizar distintos saberes, com a finalidade de tornar o convívio o mais aceitável possível. Por essa razão, a nosso ver, a escola figura como um espaço cujo compromisso é o de oportunizar conteúdos em sala de aula de forma contextualizada e adequada aos níveis de conhecimentos dos alunos. Com base nesse entendimento, o presente trabalho expressa o resultado de uma parceria entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e as Escolas da Educação Básica preceptoras do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID)⁵.

⁵ O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/pibid>.

Incentivar, pois, a expansão das questões que envolvem o letramento escolar dos sujeitos envolvidos no acesso ao conhecimento é o princípio fundamental da formação educacional. E a oralidade, nesse caso, consiste em uma habilidade necessária ao processo, tendo em vista a importância da linguagem para a comunicação humana. Sendo assim, pensamos ser o seminário um espaço de interlocução, cujo objetivo além de expor as ideias conteudistas propostas pelo gênero, também revela a tentativa de o orador influenciar o auditório sobre as formas de ver, de sentir e de entender as informações expostas por cada contexto de enunciação. Entendemos, portanto, com base nessa proposição e nos preceitos defendidos por Amossy (2018), que o gênero seminário tanto pode apresentar uma visada argumentativa como uma dimensão argumentativa com modalidade pedagógica. Por isso, é justamente com foco nesta ideia da manifestação interacionista que recorreremos à análise dos aspectos norteadores e organizacionais explicitados nas práticas discursivas de base oral, principalmente o seminário, com o propósito de compreender os elementos envolvidos na construção do gênero.

Assim, esta pesquisa toma como pressuposto a concepção de que o gênero seminário acadêmico, muitas vezes, compreendido como um tema pertencente apenas ao ambiente universitário, configura-se em uma atividade necessária aos diversos espaços do conhecimento e, conseqüentemente, faz parte também dos conteúdos abordados na Educação Básica. Esse posicionamento se justifica, inclusive, pelo fato de o seminário ser um dos temas contemplados no Livro Didático (LD), o que pode figurar como um alerta para a necessidade de aprofundar questões que contemplem o gênero.

Com o propósito de instigar as nossas discussões, neste trabalho, questionamos: i) como o seminário escolar é tratado na Educação Básica, considerando as atividades expostas no LD? e ii) quais recursos são mobilizados pelos autores quando apresentam as orientações que norteiam o processo de organização do seminário? Assim, a presente pesquisa objetiva analisar os aspectos argumentativos que envolvem a organização do gênero seminário no Ensino Médio e elege como foco analítico o LD intitulado *Se liga na língua - volume 2*. A escolha por essa obra se justifica pelo fato de ser esse o livro utilizado em uma das escolas receptoras para o desenvolvimento das ações do PIBID.

Do ponto de vista metodológico, selecionamos o capítulo do livro que trata da fala planejada e delimitamos o gênero seminário como foco de análise deste trabalho. Teoricamente, os fundamentos se vinculam aos pressupostos defendidos por Bakhtin (1997) e Marcuschi (2003), quando tratam das questões sobre gênero; aludimos aos preceitos apresentados por Schneuwly e Dolz (2011) no tratamento sobre os gêneros orais e, com relação aos aspectos argumentativos, recorreremos aos estudos defendidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Koch e Elias (2016), Amossy (2018), entre outros estudiosos.

Sob a perspectiva analítica, os resultados apontam que o livro didático aborda as questões que envolvem o seminário na formação do aluno, em consonância com o estímulo do uso das técnicas argumentativas no planejamento do gênero; propõe roteiros para a realização do seminário, cuja finalidade consiste em oferecer suportes e recursos para orientar o estudante e sugere o estabelecimento dos critérios necessários à realização do seminário em sala de aula e ao cumprimento de uma avaliação, com princípios pré-estabelecidos.

Em suma, consideramos as discussões tratadas nesta pesquisa como relevantes por possibilitarem reflexões capazes de contribuir para a formação de um sujeito mais atuante e participativo, visto que, ao tomar a palavra, há sempre a tentativa de o orador instigar no outro uma possível resposta às construções já ditas ou a dizeres que ainda serão proferidos. Dito isso, em seguida, expomos o processo de organização do seminário, com destaque para a conceitualização e o propósito comunicativo do gênero.

Aspectos caracterizadores do gênero seminário: o que é, como se organiza?

Compreender o espaço escolar como o território que viabiliza o trabalho com a pluralidade de gêneros, que circulam na sociedade, é pensar em práticas de interação que priorizem também os aspectos da oralidade, mobilizando saberes sobre a fala planejada e recorrendo aos usos da língua em situações concretas de comunicação. Entre esses gêneros, elegemos o seminário que, a nosso ver, também é formado por atividades escritas, embora seja a oralidade a categoria da linguagem que mais se destaca nas práticas em sala de aula. O seminário se realiza, comumente, durante uma aula ou em evento acadêmico, como um congresso, por exemplo.

Além disso,

[u]m seminário caracteriza-se preponderantemente pelo envolvimento entre professor, alunos expositores e audiência, mediados pela leitura. Assim, ao sugerir um conteúdo temático para ser apresentado sob a forma de seminário, o professor deve ter clareza das características do gênero exposição oral e da necessidade de propor uma interação ativa entre ele e os estudantes, entre estes e as fontes de conhecimento e a audiência (GOULART, 2017, p. 6).

A clareza de que trata a autora, entendida como a atenção necessária ao processo de organização do seminário, versa sobre a indispensabilidade de envolvimento da comunidade escolar nesse processo de socialização dos saberes. Essa relação funciona como forma de motivar o aluno no sentido de ele ser capaz de recorrer ao uso eficaz da oralidade, adequando-a às práticas sociais de linguagem.

Nesse sentido, com relação aos possíveis temas a serem trabalhados em sala de aula, convém destacar que esses devem ser selecionados com vistas a provocar curiosidade no aluno e, conseqüentemente, instigar o desejo de aprender mais sobre o assunto. Nessa busca pelo saber, o professor figura como o protagonista que deve incentivar o estudante a também ser capaz de realizar pesquisas eficazes no processo de construção do planejamento desse gênero.

Para respaldar esse nosso entendimento, recorreremos aos documentos norteadores da Educação Básica que apontam para a necessidade de se trabalhar com os gêneros orais na sala de aula, nesse caso, mais especificamente, no Ensino Médio. Destacamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), quando afirmam que, devido ao caráter sociointeracionista da linguagem, o ensino de Língua Portuguesa deve pautar-se no texto como unidade básica da linguagem verbal e permitir o pleno desenvolvimento das capacidades cognitivas e comunicativas dos alunos, nas quais entendemos que o ensino da oralidade pode e deve estar inserido.

Seguindo a mesma vertente, as Orientações Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 2008) apresentam eixos organizadores para elencar práticas referentes às atividades de produção e recepção de textos e enfocam alguns eventos da oralidade como fundamentais, a exemplo dos gêneros debate e seminário. Essas orientações evidenciam que:

[p]or meio desse tipo de expediente, pode-se não só contribuir para a construção e ampliação de conhecimentos dos alunos sobre como agir nessas práticas, como também promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos linguísticos e, sobretudo, à investigação sobre as relações entre os gêneros da oralidade e da escrita, sobre a variação linguística, sobre níveis de formalidade no uso da língua, por exemplo (BRASIL, 2008, p. 37).

De acordo com as orientações mencionadas, é pertinente perceber que o documento enfatiza não só a ampliação do repertório linguístico dos estudantes, mas também as questões que permeiam as relações entre o oral e o escrito, e mais que isso, ressalta os saberes necessários à reflexão sobre as variedades linguísticas tão presentes no cotidiano e nas práticas sociais dos estudantes, dentro e fora dos muros da escola. Sendo assim, em conformidade com a OCEM, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) acrescenta que esse trabalho com a oralidade se fundamenta no uso da língua em consonância com a adequação dos discursos ao campo de atuação social, considerando os contextos enunciativos, os interlocutores envolvidos, bem como a seleção e o planejamento dos recursos linguísticos necessários ao processo comunicativo.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de um tratamento sistemático com a oralidade na sala de aula, principalmente no tocante à escolha dos gêneros a serem trabalhados, quando se tem como foco a fala planejada. Para Marcuschi (2008), essa escolha deve considerar os domínios discursivos⁶ que envolvem as práticas de produção textual e suas formas de uso de acordo com a ação comunicativa. Desse modo, o gênero exposição oral, assim denominado por Schneuwly e Dolz (2011), enquadra-se no domínio discursivo instrucional (científico, acadêmico e educacional), o qual possibilita a sistematização do ensino mediante as prioridades e os objetivos do ensino e aprendizagem.

Dolz *et al.* (2004, p. 184), ao comentarem sobre uma pesquisa realizada com professores de 6ª série na Suíça, relatam que “a exposição é a atividade mais frequentemente mencionada por esses mesmos professores, quando se lhes pergunta, dentre as atividades propostas, as três que lhes parecem mais úteis para desenvolver o domínio da oralidade”. Isso quer dizer que, geralmente, embora o

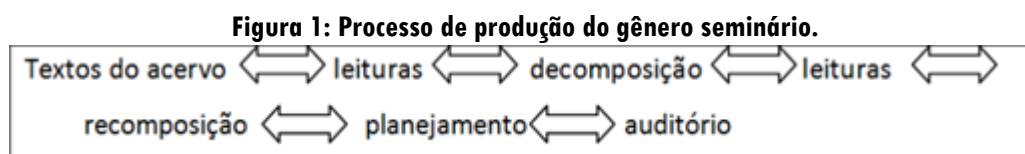
⁶ “Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana” (MARCUSCHI, 2005, p. 23, grifo do autor).

seminário não esteja ligado diretamente à experiência escolar do aluno, ele é importante para o desenvolvimento da oralidade e, mais ainda, para apreender conteúdos diversificados, já que o aluno, ao se apresentar, precisa estudar e se preparar com mais produtividade e selecionar o material necessário para figurar no papel de especialista. Desse modo, são basilares os percursos de orientação sobre o gênero, tanto no que se refere às suas peculiaridades quanto às formas de utilizá-lo. Sobre essa questão, Cavalcante e Melo (2006, p. 184), que pesquisam a respeito do ensino da oralidade no Ensino Médio, afirmam que, para essa tarefa ser bem sucedida

[o] aluno precisa ser orientado sobre os contextos sociais de uso dos gêneros requeridos, bem como familiarizar-se com suas características textuais (composição e estilo, entre outras). O aluno necessita saber, por exemplo, que apresentar um seminário não é meramente ler em voz alta um texto previamente escrito. Também não é se colocar à frente da turma e “bater um papo” com os colegas sobre aquilo que pesquisaram.

Claramente, os autores demonstram a preocupação e a necessidade de uma sistematização do ensino da oralidade, com foco não só nas características intrínsecas ao gênero, mas também no desenvolvimento de posturas adequadas à sua utilização nas práticas de sala de aula, frente a um auditório que também pode interagir, efetivamente, ao emitir opiniões ou questionamentos sobre a temática exposta. Nesse processo, entre o planejamento e a exposição propriamente dita, há alguns passos a serem seguidos, que devem incluir a pesquisa de textos e as leituras diversificadas para ampliar o repertório temático, até que o assunto seja assimilado pelo expositor.

Sobre esse posicionamento, Goulart (2017) apresenta uma sumarização da produção de um seminário que demonstra todo o processo, conforme se apresenta na Figura 1, a seguir:



Fonte: Goulart (2017, p. 236 adaptado de Gomes-Santos, 2012, p. 17).

Observamos, portanto, com base nas orientações expostas pela autora, que é necessário seguir determinadas estratégias para que a exposição oral cumpra o

propósito comunicativo a que se propõe, não sendo possível pular etapas, caso se deseje desenvolver um trabalho de qualidade.

Além disso, essas etapas não são lineares, já que o estudante, responsável pela organização do plano de atividades, a qualquer momento, durante o processo, pode retornar a etapas anteriores na tentativa de realizar possíveis ajustes e fazer outras releituras do material coletado. Essas retomadas tornam-se eficazes na construção do gênero por ser imprescindível o envolvimento do auditório e pela tentativa de suscitar outras formas de compreender a temática abordada no seminário.

Convém destacar, ainda, nesse contexto de organização dessa atividade, o entendimento de que qualquer gênero destinado a um público, formalmente delineado, não deve ter como base somente a ideia de improvisação, embora saibamos que todo planejamento é flexível. Por essa razão, retomando as palavras de Goulart (2017), reafirmamos a indispensabilidade de realização do planejamento na produção do seminário, seguindo as etapas propostas como forma de se obter melhores resultados no processo de aprendizagem.

Mesmo os gêneros orais, considerados por uma parcela de professores como mais informais (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007), por apresentarem alguns fenômenos que na escrita não são comuns, como por exemplo, a hesitação e a correção, são gêneros que precisam ser ensinados do ponto de vista do planejamento das ações. Assim, o seminário necessita da aprendizagem com o objetivo de se aproximar de certo grau de formalidade. E mais que isso, precisa que o professor desenvolva com os seus alunos competências adequadas às condições de produção e recepção do gênero (ANTUNES, 2003).

Sobre a diferença entre o seminário acadêmico e o escolar, Nascimento, Silva e Gladenucci (2018) ressaltam que existe uma distinção com relação ao tratamento do gênero pelos professores. De acordo com os pesquisadores, enquanto o docente da Educação Básica foca na segurança e na criatividade do aluno durante a apresentação, o professor universitário ressalta a preferência pela exposição do conteúdo. Para a academia, um fator preponderante reside na profundidade da pesquisa e do conteúdo socializado.

Ainda de acordo com os autores, por ser um gênero complexo, essa forma de avaliação não necessariamente pode significar sucesso para o aluno, pois, muitas

vezes, o estudante não consegue se expressar por algum outro motivo e não somente por que não assimilou ou não domina o conteúdo. Conforme destacam Nascimento, Silva e Gladenucci (2018, p. 727), a seguir:

[o] professor acadêmico, ao solicitar um seminário para o universitário, tem uma representação social e subjetiva deste como: instruído, maduro e experiente na realização de seminários, pois, o docente projeta a imagem de que o aluno já apresentou outros seminários, antes, na fase de Educação Básica.

Inferimos, com base nesses preceitos, a necessidade de se priorizar na Educação Básica o ensino e aprendizagem dos gêneros orais, sobretudo, com base na inevitabilidade de se planejar a fala, mediante um processo sistemático.

Em suma, é importante destacar que nesse processo de organização, os alunos devem ser orientados a se apropriarem do gênero e das estratégias possíveis para desenvolvê-lo com competência, considerando as situações concretas de uso. Sob essa perspectiva, exploramos, na seção seguinte, aspectos da argumentação que, de acordo com o LD em análise, podem subsidiar a organização dos gêneros orais, de modo geral, e principalmente, o seminário, objeto de estudo deste trabalho.

Preceitos norteadores da argumentação

As interações se materializam por meio da linguagem e promovem, pelas trocas linguageiras, a circulação de informações, de conhecimentos, entre outras possíveis ações comunicativas. Nesse sentido, retomamos as palavras de Abreu (2013) para afirmar que, no contato entre os pares, não há apenas um vínculo informativo, mas sim, também, um gerenciamento de relações em que um dos participantes da ação tenta estabelecer a influência e a confiabilidade daquilo que está sendo dito. Para o autor supracitado, essa relação se configura no ato de argumentar.

Mediante esse entendimento, delimitamos como ponto norteador para este trabalho a compreensão da argumentação como uma ação que se constitui no compartilhamento de diferentes pontos de vista e na defesa de ideias, posicionamentos e valores. Esse contexto argumentativo se consubstancia na tentativa de os participantes exercerem algum tipo de influência sobre o outro da comunicação, cujo propósito consiste em o orador se direcionar ao auditório ou a

um grupo de pessoas, com o objetivo de influenciar as formas de ver, de sentir e de entender as questões que lhe são apresentadas (AMOSSY, 2018). Convém destacar que o seminário pode ser considerado como um gênero que faz parte da modalidade pedagógica, visto que, nas palavras da Amossy (2008, p. 234), tal modalidade figura como “uma instância de locução em posição superior transmite um saber e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz, pelas vias do diálogo ou da troca verbal sob a forma monogerida.”

O empreendimento de agir sobre o outro, nesse contexto, instiga-nos a relacionar as ideias expostas anteriormente sobre a fala planejada com os posicionamentos defendidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), quando afirmam que, no período da retórica clássica, era extremamente comum que multidões se reunissem para tratar de um tema central, que na maioria das vezes, era dirigido por filósofos ou por um indivíduo que se acreditava ter muito conhecimento. Assim, a sensibilidade de conhecer algo novo projetava nesses indivíduos uma visão de racionalidade e de prestígio desse orador.

A atividade argumentativa pressupõe a exposição de pontos de vista que podem ser defendidos ou refutados por meio de argumentos mobilizados para embasar determinados posicionamentos. Sobre essa questão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 325) expõem que “qualquer argumentação, para ser eficaz, deve apoiar-se em teses admitidas pelo auditório”. Dessa forma, compreendemos que o orador não defende qualquer perspectiva ou expressa qualquer concepção ou ideia, mas enuncia aquilo que acredita ser possível instigar no auditório condições de aceitação e/ou de entendimento das concepções apresentadas, no caso do seminário, por exemplo.

Sendo assim, a comunicação social se processa por meio de enunciados, orais e escritos, já anunciava Bakhtin (1997), que preceitua aspectos diferenciadores desses enunciados à medida que os contextos e os grupos para os quais se direcionam as comunicações se desenvolvem ou se modificam diferentemente. Essa questão se vincula à noção de auditório, revelando que ao proferir um discurso, o orador não deve pensar apenas no uso dos argumentos, mas também no público que objetiva influenciar com os dizeres e no próprio contexto comunicativo que, interfere, por sua vez, nas tomadas de decisões do orador. Dessa forma, com base nos estudos sobre os gêneros orais, assumimos a concepção de auditório como um

sujeito ou um grupo de pessoas que se deseja influenciar, exercendo uma ação de mudança (ou não) nos modos de perceber e entender os conteúdos e apreender as concepções sobre as temáticas que circulam nas práticas de linguagem.

Neste sentido, é preciso destacar e esclarecer o papel que cumpre o auditório nesse processo. Ele não se resume a um personagem coadjuvante que exerce a função apenas de escuta e de julgamento dos dizeres apresentados por aqueles que assumem o papel social de orador no momento da interlocução, mas como um objeto do discurso, uma vez que é em função dele que o orador seleciona o conteúdo e os argumentos que considera mais adequados ao contexto; pois, “o falante, para levar o ouvinte a rever uma opinião ou a aceitar a que pretende defender, deve escolher e organizar seus argumentos e suas provas e pensar em uma abordagem capaz de cativar seu interlocutor” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 176).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) evidenciam o propósito do orador de estabelecer uma relação harmoniosa entre os argumentos mobilizados, por ele, no discurso e as crenças e valores partilhados pelo auditório. Essa tomada de posição, segundo os autores, viabiliza a ampliação e a valorização das ideias expostas e poderá funcionar como uma espécie de estratégia de sedução, provocando no interlocutor uma sensação de credibilidade e de confiabilidade.

Com base nesse entendimento, o gênero seminário desenvolvido na Educação Básica, possivelmente, mobilizaria preceitos argumentativos diferentes daqueles que o orador acionaria caso estivesse em um congresso universitário. Sob essa perspectiva, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73) destacam: “[d]o princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes”, ou seja, o orador se utiliza da língua como forma de adequação ao auditório, e para isso, alude a argumentos considerados por ele convincentes e tenta estabelecer uma relação de influência.

De acordo com os estudiosos, as técnicas argumentativas funcionam como possíveis estratégias utilizadas pelo orador com a finalidade de atuar, de alguma forma, sobre o auditório, destacando as ligações e as dissociações de noções como técnicas que viabilizam fundamentar a exposição dos posicionamentos. Os autores anunciam os argumentos quase lógicos, construídos a partir da interrelação entre aquilo que se defende e uma proposição vinculada à lógica formal da língua, que

pode ser compreendido pelo auditório como uma forma de estabelecer uma relação lógica entre as ideias defendidas e os argumentos expostos.

Sobre os argumentos baseados na estrutura do real, entendemos que essa técnica é utilizada com a finalidade de expressar apoio entre as teses e os argumentos possivelmente admitidos pelo auditório, podendo ser comprovados com dados vinculados à realidade. Já com relação aos argumentos que fundamentam a estrutura do real, são técnicas capazes de estabelecer uma generalização e regularidades entre os argumentos e aquilo que o orador almeja defender, propondo modelos, ilustrações e exemplos por meio de casos particulares que podem ser analisados pelo auditório. Por fim, o esquema de dissociação, cujo princípio básico é a ruptura entre a aparência e a realidade, ocorre por apresentar ao auditório aquilo que convém ou não a determinado ponto de vista.

Dessas técnicas, identificamos no LD: i) os argumentos quase lógicos: a definição; ii) os argumentos baseados na estrutura do real: argumento de autoridade e iii) as ligações que fundamentam a estrutura do real: argumento pelo exemplo. A primeira técnica diz respeito à possibilidade de se encontrar registros diferentes para os objetos da língua, conseqüentemente, torna-se necessário que se escolha a definição que melhor se adequa ao contexto da situação de comunicação, atentando para o fato de que a “definição utilizada é considerada expressão de uma identidade” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 243). E, “o modo de definir depende das finalidades argumentativas”, portanto, a seleção por determinadas definições figura como uma maneira de influenciar o auditório a construções norteadoras de significados. Quer dizer, a escolha por uma definição revela concepções, crenças e ideologias de quem realiza essa ação, bem como, pode estabelecer certa filiação teórica.

Sobre o argumento de autoridade, nas palavras dos autores do tratado, é o tipo de argumento que se vincula fortemente à ideia de prestígio de uma pessoa ou grupo de pessoas, por meio dos seus atos ou posicionamentos, “mencionando seus conhecimentos ou [...] [suas] qualidades” (FIORIN, 2015, p. 176). Nesse caso, os valores que se espera evidenciar perante o auditório, no uso desse argumento, relaciona-se à noção de respeito, de reverência ou de reconhecimento aos saberes ou conhecimentos demonstrados.

No que se refere ao argumento pelo exemplo, ao ser utilizado no processo comunicativo, funciona como forma de o auditório estabelecer generalizações tomando por base os casos descritos pelo orador. Ou seja, ao invocar um acontecimento conhecido pelo auditório “que fundamenta uma regra, nova pelo menos sob alguns aspectos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 400), o orador pode provocar a construção de um posicionamento ou uma generalização que figure como princípio, lei ou regra [que pode] ser adotado pelo auditório.

Em suma, após esses encaminhamentos sobre os aspectos argumentativos, na seção seguinte, tratamos de sistematizar alguns princípios organizacionais, bem como pretendemos demonstrar de que modo a argumentação, sobretudo, as técnicas argumentativas são mobilizadas no processo de planejamento e de exposição do gênero seminário, considerando o ponto de vista do LD.

O seminário no livro didático: alguns princípios elementares

Conforme os preceitos já anunciados neste artigo, o seminário é um gênero textual com predominância das características das atividades orais, realizado por meio de métodos e estratégias formais, cujo objetivo é a exposição de um tema central por parte de uma pessoa ou de um grupo de pessoas sobre um determinado assunto. É um gênero que suscita um agendamento prévio para a sua concretização, haja vista ser essencial uma maior preparação por parte dos sujeitos envolvidos na organização.

Por outro lado, o seminário acadêmico/escolar se configura em uma ação de natureza pública, visto que é um gênero praticado tanto em sala de aula como trabalho avaliativo, quanto em congressos e eventos acadêmicos diversificados, com a finalidade de socializar resultados obtidos com as pesquisas científicas desenvolvidas no espaço educacional, bem como em feiras de ciências e demais atividades escolares. Nesse sentido, a realização do seminário suscita a utilização de inúmeras estratégias no momento da apresentação por parte de quem ocupa o lugar de orador ou coordenador da atividade.

Na efetivação desse gênero, independentemente do espaço em que ele esteja se desenvolvendo, podem ocorrer situações que exijam a construção de novos posicionamentos com relação ao assunto, dúvidas e/ou questionamentos

evidenciados durante a apresentação. Esses possíveis *feedbacks* advindos do auditório não devem funcionar como um aspecto inibidor para aqueles que estão na condição de expositor, mas devem, sobretudo, ser concebidos como um elemento motivador para que os responsáveis pela tarefa dediquem mais tempo ao processo de planejamento e de organização do tema e do conteúdo. Essa etapa de preparação, por parte dos expositores, funciona como uma forma de os estudantes serem capazes de construir respostas a possíveis indagações, tomando por base os conhecimentos adquiridos durante a elaboração das atividades que serão desenvolvidas no decorrer do seminário.

Em função desses posicionamentos, julgamos a argumentação como um tema essencial na construção do gênero. Por essa razão, assumimos, com base nos preceitos defendidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que o responsável pela organização do seminário (orador) deve considerar, imprescindivelmente, que a exposição realizada por ele se direciona a um interlocutor (auditório) e que, nesse contexto enunciativo, o propósito do gênero não é somente o de expor ideias; mas também o de tentar modificar as formas de compreensão do conteúdo, de entendimento dos posicionamentos apresentados, viabilizando, portanto, o processo de conhecimento sobre as questões explanadas.

Sendo assim, realizadas as primeiras ponderações sobre o gênero, consideramos importante observar como o seminário é evidenciado na Educação Básica como prática de linguagem, atentando para os procedimentos descritos no LD *Se Liga na Língua – volume 2* e para a forma como os autores mencionam os recursos argumentativos suscitados no processo de organização do gênero. De modo geral, convém afirmar que, quando os escritores sugerem a utilização dos elementos organizacionais na construção do seminário, eles demonstram a tentativa de incitar no aluno a necessidade de um estudo mais profundo e a realização de pesquisas mais detalhadas sobre o conteúdo para o desenvolvimento da atividade. Implica, ainda, acrescentar que o seminário, mesmo pertencendo aos gêneros orais, não ocorre de forma improvisada e aleatória, sendo necessário, portanto, o planejamento para que a fala cumpra seu propósito comunicativo em sala de aula.

Assim, o gênero seminário escolar é tratado nesse livro, no capítulo 8 e na seção intitulada “fala planejada”. A denominação atribuída a essa seção instiga a ideia de ressignificação do conceito de fala como algo não mais vinculado à

improvisação, uma vez que a expressão “planejada” implica essa mudança de sentidos. A forma como o assunto é exposto no LD nos conduz ao entendimento de que o seminário necessita ser bem estruturado, objetivo e com base em uma sequência que proporcione o ensino e a aprendizagem dos saberes; portanto, deve ser também didático.

Os textos sugeridos no livro em questão revelam escolhas que objetivam manter uma aproximação com o cotidiano dos interlocutores do seminário e versam sobre a diversidade cultural e social dos jovens. Notamos, ainda, que a obra evidencia a definição e o propósito do seminário e expõe a importância de o orador mobilizar os aspectos argumentativos no processo de estruturação das falas, considerando sempre os contextos em que o gênero se realiza. O livro destaca ainda, além da estrutura e do tema, aspectos importantes, como a adequação da linguagem e o uso dos argumentos que compõem a organização do seminário.

Observamos que o LD orienta a organização do seminário considerando três segmentos fundamentais na estruturação textual: a introdução, na qual se apresenta o tema e o plano de exposição; o desenvolvimento, seção em que se expõem os encadeamentos dos subtemas e seus argumentos; e a conclusão, que consiste na fase de recapitulação dos tópicos abordados. Sob essa perspectiva, a interação desses elementos viabiliza tanto a organização dos conteúdos quanto a necessidade de se recorrer aos argumentos, de modo que se cumpra o objetivo do seminário: apresentar e defender uma temática perante uma comunidade discursiva, considerando a construção do planejamento, a exposição do tema e o uso dos argumentos que fundamentam os posicionamentos.

Para os autores do LD, esse gênero não precisa necessariamente ser realizado por um especialista, diferentemente da palestra e da mesa-redonda, por exemplo. Acreditamos que esse pode ser um dos motivos para o uso tão recorrente do seminário em ambiente educacional; no entanto, com relação ao gênero no espaço universitário, os conteúdos se relacionam a um saber científico, que envolve resultados de pesquisas com destaque para as experiências profissionais, culturais, valores sociais, entre outros conhecimentos.

Em se tratando do seminário na Educação Básica e com a finalidade de orientar sua realização, os produtores do livro evidenciam a exposição de textos, que representam o gênero, com a ilustração de uma palestra, intitulada “Cinco ideias

equivocadas sobre os índios", realizada pelo professor José Ribamar Bessa Freire, e sugerem que os alunos assistam à apresentação do professor disponibilizada no YouTube. Os autores instigam o aluno a experienciar o gênero que pode se configurar em uma atividade prática e aconselha que o texto motivador seja lido e refletido pelo estudante. Assim, com base nessa exemplificação, registramos que a escolha por uma temática, que se vincule a questões sociais, objetiva atrair o interesse do aluno para a realização do seminário, tendo em vista que esses gêneros emergem e se mantêm de acordo com as necessidades exigidas pelas práticas de linguagem e, conseqüentemente, pelas relações do falante com os aspectos socioculturais, como mostra Marcuschi (2003).

Ainda como forma de orientar o estudante, o livro registra que deve se iniciar a atividade de apresentação do seminário com expressões de cumprimento ao público e encerrar agradecendo aos presentes. De acordo com os autores, essa forma de começar o ato se configura como uma estratégia de aproximação do auditório que, a nosso ver, pode representar uma tentativa de estabelecer uma relação de maior entrosamento com o público. Por outro lado, ao concluir a apresentação com palavras de agradecimentos, essa atitude revela o encerramento do seminário e pode, também, figurar como uma maneira de valorizar o comportamento do auditório por se dispor a participar ativamente da atividade.

No processo de orientação da leitura do texto motivador, o LD sugere alguns questionamentos que objetivam instigar reflexões e, conseqüentemente, encaminhar possíveis aprofundamentos sobre a temática. Entre as questões, destacamos: "1. Que cuidados o falante tem ao inserir esse discurso? 2. Diga que tese é essa; 3. Em que outro trecho do parágrafo se faz o mesmo tipo de referência?" (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 173). Em vista da produção dessas interpelações, compreendemos que o uso de tais recursos no decorrer do texto oportuniza à construção de posicionamentos argumentativos pelo aluno, que estimule a capacidade de raciocínio na preparação e organização das respostas; materializando, portanto, a ideia de que todo texto requer um planejamento daquilo que será apresentado e, conseqüentemente, exige que o aluno (expositor) domine as questões que serão aprofundadas no seminário.

Em suma, o LD trata o gênero seminário escolar: i) como um texto, que evidencia elementos de uma temática central, em que os oradores assumem a defesa

de uma tese principal; ii) direciona-se a um auditório específico, a depender do espaço de realização, visto que esse gênero também faz parte de outras atividades na escola; iii) incentiva o uso da linguagem formal; iv) estimula a presença de argumentos com a finalidade de fundamentar os posicionamentos apresentados pelo(s) expositor(es); v) estrutura-se pela introdução, com a materialização, entre outros aspectos, do plano de apresentação do seminário; pelo desenvolvimento, cujo propósito, de acordo com o livro, configura-se na demonstração de provas concretas que embasam as concepções defendidas no seminário; e, por fim, pela conclusão, cuja finalidade consiste em uma retomada dos tópicos expostos durante o desenvolvimento da atividade, objetivando, ainda, nessa etapa da apresentação, construções textuais que, de alguma forma, possa estimular o envolvimento do aluno com o tema debatido no seminário.

Diante disso, os autores incentivam que o engajamento deve ser estabelecido entre o orador e o auditório, com vistas ao entendimento de que novos conhecimentos, dúvidas e/ou argumentos possam surgir no decorrer da exposição, uma vez que, na realização desse gênero, é possível o auditório participar ativamente do momento, inclusive expondo ideias, questionamentos e concepções diferentes. Obviamente, deve-se considerar, nas palavras dos autores, que “o produtor do texto procura usar palavras e expressões que organizam o discurso, favorecendo sua compreensão pelo ouvinte” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 174). Ou seja, o orador, na tentativa de atender aos objetivos do seminário, recorre a construções textuais que, na visão dele, facilitem o entendimento do interlocutor sobre o tema. Esse posicionamento, a nosso ver, evidencia a possível influência que o auditório exerce sobre o orador, sobretudo nas escolhas realizadas por ele, quando se propõe a expor a temática e/ou defender uma tese, assim como tratam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Ao refletir sobre as possibilidades de interação, de acordo com os autores do LD, o expositor recorre ao uso de estratégias que viabilizem o entendimento das ideias defendidas, considerando a utilização de “[...] recursos [...] [que] podem tornar a apresentação mais consistente e interessante” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 181). O livro destaca que “exemplos, definições, dados estatísticos, infográficos, imagens [...]” etc. funcionam como uma espécie de provas, que se vinculam às experiências compartilhadas com o auditório, estabelecendo com este uma relação

interacionista, baseada em valores capazes de motivar o estudante a querer saber mais sobre o tema.

Nesse caso, entre os recursos que reivindicam a atenção do auditório, consideramos também, neste trabalho, o uso das técnicas argumentativas, apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), como uma dessas estratégias que podem ser utilizadas pelo orador no processo de apresentação do seminário. Os autores supracitados sugerem haver certa interação entre a defesa da tese e o uso dos argumentos, considerando que esses componentes podem facilitar o entendimento do ouvinte e, principalmente, validar concepções e conceitos propostos pelo orador perante o auditório.

Assim, evidenciamos que, para se atingir tal finalidade, torna-se essencial a organização dos pontos de vista com relação ao tema a ser abordado, cabendo ao aluno pesquisar certa quantidade de textos que compõem a literatura sobre o assunto. Além disso, o estudante precisa analisar as informações pertinentes, sistematizar e hierarquizar as ideias com o objetivo de provocar a curiosidade no auditório.

Convém destacar que essas práticas iniciais de preparação se relacionam diretamente com a ação de estudar que, nesse caso, consiste no primeiro procedimento para a construção do seminário, pois é por meio da busca pelo saber sobre o tema que as questões mais relevantes podem ser selecionadas. Por conseguinte, a forma como essas informações são mobilizadas na construção do seminário podem funcionar como um elemento catalisador no processo de interação com o auditório.

Ainda sob a égide de manter a atenção do público na exposição dos dados durante a realização do seminário, outra questão merece destaque no processo: a relação dialógica estabelecida entre orador e auditório que se materializa, por sua vez, pela partilha dos conhecimentos. Essa interação precisa ser realizada de maneira clara e objetiva, de forma que os novos conceitos sejam entendidos e, possivelmente, ampliados.

Nas palavras de Cavalcante *et al* (2020, p. 26) “[...] é a partir da inscrição do sujeito nessa fala social e nessa doxa que ele busca orientar o olhar, o sentir e o pensar do outro com o qual interage e busca, conseqüentemente, influenciar esse outro no sentido, de ao menos, predispor-lo a uma determinada ação.” Nesse sentido,

é possível observar que o indivíduo tende a mobilizar construções textuais, objetivando atuar sobre o interlocutor, partindo da compreensão de que suas ações linguísticas podem provocar impactos no auditório a quem direciona o discurso, e é justamente esse o sentido de realização do seminário, a nosso ver. Por essa razão, cabe ao orador a função de selecionar os dados relevantes, organizar as ideias, sistematizar e hierarquizar as informações que melhor atendam ao propósito desejado pelos envolvidos na exposição.

Sobre o uso dos argumentos no LD em análise, podemos inferir que a noção de argumentatividade no gênero é construída também com base na mobilização das técnicas argumentativas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), embora seja importante destacar que, teoricamente, esse tema não é registrado no livro com as denominações realizadas pelos estudiosos da teoria. Com base no que os produtores apresentam, é possível deduzir que essas técnicas são evidenciadas para embasar os encaminhamentos sugeridos pelos autores e como forma de motivar os alunos a utilizarem elementos que façam sentido para o auditório ou que pertençam à vivência da comunidade.

Nesse sentido, a presença do argumento de autoridade revela, de modo geral, a necessidade de destacar na apresentação o nome de alguém com prestígio social que fundamente os posicionamentos expostos pela equipe. Sobre esse argumento, a teoria da argumentação destaca que “[a] palavra de honra, dada por alguém como única prova de uma asserção, dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 347). No LD, esse argumento é sugerido como forma de o aluno convocar uma autoridade no assunto para embasar as decisões definidas no seminário. Nesse sentido, quanto mais importante e conhecida for a pessoa, maior será, possivelmente, a credibilidade que o auditório atribuirá aos conteúdos expostos. Entendemos, portanto, que a presença dessa técnica endossa diretamente os dizeres daqueles que expõem a temática e está vinculada, nesse caso, aos saberes conteudistas sinalizados na exposição.

Com relação às ligações que fundamentam a estrutura do real, o LD registra o argumento pelo exemplo que pode funcionar como uma forma de instigar o estudante a mobilizar casos particulares, conhecidos pelo grupo e que provoquem no auditório a aceitação das informações expostas. Esse argumento objetiva estabelecer generalizações, ou seja, segundo Fiorin (2015, p. 185), “depois de narrar

que um fiscal de arrecadação foi preso em flagrante recebendo propina, concluímos que os fiscais são corruptos.” Nesse sentido, é possível compreender que o uso dessa técnica viabiliza condições de o auditório estabelecer determinadas conclusões a depender das exemplificações propostas pelo(s) expositor(es).

Em suma, queremos ainda acrescentar que “o estudo da argumentação nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção dos dados, mas igualmente o modo como são interpretados, o significado que se escolheu atribuir-lhe” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 138). Sob essa perspectiva, as escolhas realizadas pelos alunos no processo de seleção dos conteúdos a serem explanados na organização do seminário (exemplificações, definições, dados estatísticos, infográficos, imagens, textos, vídeos, slides, entre outros) reivindicam um nível de conhecimento científico capaz de viabilizar interpretações e sistematizar dados relevantes que viabilizem ao interlocutor a construção de uma rede interconectada de saberes com relação ao conteúdo.

Esse gênero funciona como uma ferramenta pedagógica necessária ao processo de aprendizagem, pois promove, independentemente do espaço de realização, a socialização de conhecimentos tanto para aqueles que coordenam a atividade, como para os que fazem parte, no momento da exposição, do auditório. Assim, à guisa de encerramentos das análises, destacamos alguns pontos considerados importantes na utilização do seminário.

Quadro 1: Função do seminário

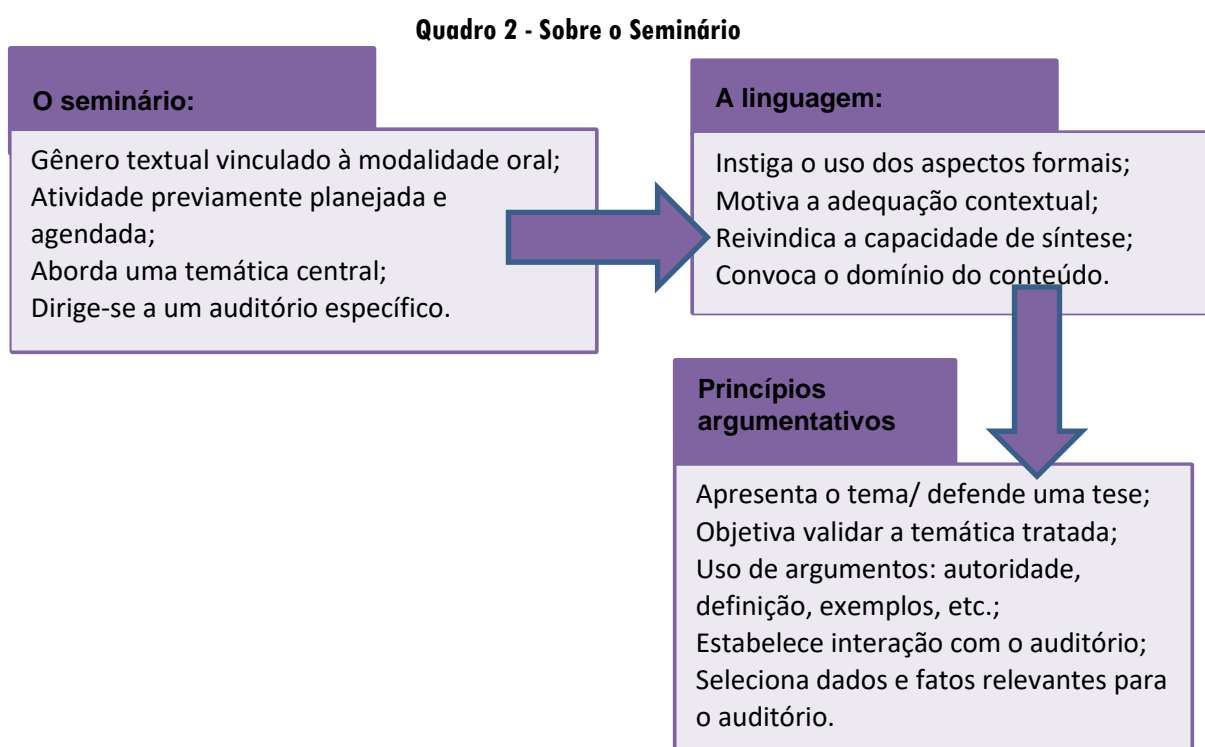
Atualização e acesso a novos saberes;
Amadurecimento intelectual;
Ampliação dos saberes já adquiridos;
Expansão da visão de mundo;
Desenvolvimento das habilidades de pesquisa;
Prática de comunicação escrita e oral;
Eclosão de novas possibilidades investigativas;
Interação entre orador e auditório.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Ormundo e Siniscalchi (2016).

No quadro 1, observa-se que o uso do seminário na sala de aula contribui para que os estudantes acessem novos conhecimentos sobre o tema a ser abordado e auxilia, principalmente, no processo de amadurecimento intelectual, sobretudo pelo incentivo à pesquisa. O seminário, ainda, proporciona a expansão e a ampliação da visão do aluno, no que se refere à forma como ele percebe a realidade, pois

possibilita o alargamento de informações teórico-metodológicas, com destaque, inclusive, para a prática da oralidade e da escrita, bem como instiga reflexões sobre as possíveis estratégias capazes de influenciar [ou não] o interlocutor. Acrescentamos, também, que além da possibilidade de aprendizagem conteudista, a prática desta atividade fomenta ou objetiva fomentar uma maior interação entre os participantes, tanto com relação a quem é o responsável pela exposição, que se prepara para coordenar as discussões, quanto pelo grupo que integra a função de auditório.

Apresentamos, a seguir, o quadro 2, com vistas a retratar os saberes que podem ser alavancados com o uso desta ferramenta pedagógica no ambiente educacional.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Ormundo e Siniscalchi (2016).

É possível constatar, pois, que o gênero textual em questão reivindica o uso adequado da linguagem, considerando o auditório para quem o seminário é dirigido; provoca no aluno a possibilidade de ele ser responsável direto sobre os conteúdos que serão abordados e, conseqüentemente, convoca um comportamento professoral por parte desses estudantes. A prática de seminário evidencia o uso adequado da argumentação, com o objetivo de influenciar este auditório, considerando além dos

recursos linguageiros, os dados, os valores, as crenças e as concepções partilhadas pelo grupo.

Nesse sentido, concluímos que o seminário emerge como um espaço de construção do conhecimento, seja na Educação Básica ou na universidade e acrescentamos que o gênero funciona como uma ferramenta pedagógica de grande relevância no processo de aquisição dos saberes do aluno, independentemente do nível de formação em que esse estudante se encontra. Estruturalmente, não há diferenças entre o campo escolar e o acadêmico, pois a disposição do seminário é similar, já que se trata de um gênero que, apesar de permitir mudanças para se adaptar ao ambiente de realização, compõe-se de elementos equivalentes na organização e exposição do gênero. Por conseguinte, os autores do LD, afirmam que “o seminário é uma prática comum principalmente no universo da escola, da universidade e das áreas relacionadas à pesquisa” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2016, p. 172) e se destaca por promover interfaces entre questões teóricas e temáticas de cunho social.

Em relação à fase preparatória, o seminário exige a construção do planejamento de ações, considerando: a seleção dos textos e das informações pertinentes sobre o tema e a escolha dos argumentos que melhor atendam ao propósito do seminário visando persuadir o auditório no processo de realização da atividade. Registramos também a indispensabilidade do gênero nos espaços formativos, visto que seu papel educacional vai além de somente estabelecer um debate sobre determinado tema, já que a concretização do seminário viabiliza a construção, a socialização e a atualização dos saberes, suscitando futuras investigações.

Ainda de acordo com os aspectos analíticos deste trabalho, a presença da argumentação se materializa, de modo geral, pela tentativa de persuasão do auditório com relação aos conteúdos abordados, mas também pela presença dos argumentos, nesse caso, de autoridade, de definição e pelo exemplo. O LD define o seminário como um espaço em que circulam diversos tipos de comunicações, atribui valor de cientificidade à realização da atividade, destaca a necessidade de o orador compreender as questões argumentativas e, ainda, além de salientar a relevância do auditório nesse processo, instiga a preocupação em se planejar e preparar os procedimentos para a execução do gênero.

Em síntese, podemos afirmar que o LD: (i) contempla os estudos relacionados à oralidade, com destaque para o gênero seminário; (ii) estimula as discussões de relevância social a serem desenvolvidas na realização da atividade; (iii) suscita saberes diversos para a formação do aluno no processo de planejamento das ações; e, conseqüentemente, (iv) recorre a temas que instigam a mobilização de estratégias argumentativas no processo de organização da fala. De posse dessas considerações que, a nosso ver, vislumbram ampliar as discussões sobre letramento escolar, concluímos as ponderações expostas e, em seguida, apresentamos alguns posicionamentos à guisa de encerramento das abordagens presentes neste artigo.

Considerações finais

Esta pesquisa elege o seminário como objeto de estudos e salienta ser esse um gênero que se vincula aos orais, viabilizando a construção de pronunciamentos, com base em estudos científicos e que possibilita aos alunos um maior contato com os conteúdos em diferentes níveis de formação. Além disso, instiga o uso do planejamento como preparação para a realização da fala planejada e enfatiza a função do gênero como uma forma de socialização de pesquisas entre os sujeitos envolvidos na ação.

Com base nesses dados, o artigo se propôs a responder os seguintes questionamentos: i) como o seminário escolar é tratado na Educação Básica, considerando as atividades suscitadas no LD? e ii) quais recursos são mobilizados pelos autores quando apresentam as orientações que norteiam o processo de organização do seminário? Com relação a essas indagações, respondemos que o seminário é um gênero da oralidade, que se vincula a uma atividade pedagógica direcionada a quaisquer níveis de conhecimentos, com a finalidade de proporcionar ensino e aprendizagem tanto daqueles que ocupam o lugar social de orador e, portanto, são os responsáveis pelo plano de atividade, como pelos sujeitos que assumem o lugar de auditório nesse processo. Independentemente do espaço em que o seminário se realiza, ele objetiva proporcionar a construção, a circulação e a socialização de saberes.

Desse modo, o livro *Se liga na língua – volume 2* instiga, para a apresentação do seminário propriamente dito, o cuidado que o orador deve ter na escolha e seleção de elementos que promovam a compreensão textual e estimula a ideia de se

manter o interesse, a curiosidade e, até mesmo, a participação do auditório na realização do gênero. Além disso, a obra evidencia alguns elementos importantes na concretização da atividade: a tese, que deve se relacionar às pesquisas e análises realizadas anteriormente na fase de preparação; o auditório, entendido como o conjunto de pessoas ao qual se dirige o discurso; a linguagem, elemento pelo qual o orador deve sistematizar e organizar as informações objetivando facilitar o entendimento e a credibilidade da exposição perante a audiência; os argumentos, entendido como os recursos ou dados que promovem o embasamento das ideias apresentadas, como, a citação de autores, por exemplo; e, por fim, a estrutura (introdução, desenvolvimento e conclusão), que objetiva salientar os itens essenciais para a construção de sentidos durante a exposição.

Frisamos a importância de continuidade desta investigação, pois julgamos ser necessário, ainda, um maior aprofundamento com relação aos gêneros orais na formação estudantil. Além do mais, acrescentamos que as discussões tratadas nesta pesquisa possibilitam reflexões capazes de instigar a construção de um sujeito mais participativo, visto que, ao tomar a palavra, há sempre a tentativa de o orador incitar no auditório uma possível resposta a construções textuais apresentadas e despertar outros posicionamentos a dizeres que ainda serão proferidos no devir.

Referências

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 13. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Lúcia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Vol. 1. Rio de Janeiro: nova fronteira, 2008.
- AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no Discurso**. Coordenação de tradução: PIRES, Eduardo Lopes; FERREIRA, Moisés Olímpio. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Curricular Comum**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2021.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília; MEC, 1999.
- BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília; MEC, 2008.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra; MELO, Cristina Teixeira Vieira de. Oralidade no ensino médio: em busca de uma prática. *In*: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia; KLEIMAN, Angela B (Orgs.). **Português no ensino médio e formação de professores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CAVALCANTE, Mônica, Magalhães, et al. **Linguística Textual e argumentação**. São Paulo: Ed. Pontes, 2020.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; DE PIETRO, Jean-François; ZAHND, Gabrielle. A exposição oral. *In*: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. **Gêneros orais e escritos na Escola**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOULART, Cláudia. A caracterização do gênero exposição oral no contexto das práticas de linguagem na escola. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia. vol. 19, n. 2, jul./dez. 2017.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e ensino**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva (Orgs.). Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. *In*: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Fala e escrita**. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

NASCIMENTO, Décio Dantas do; SILVA, Paulo Garbelotto Henrique; GLADENUCCI, Paula Fabiane Sartori. As diferenças entre seminário acadêmico e seminário escolar para o ensino/aprendizagem do gênero na educação básica. **Simpósio internacional de linguagens educativas**. Bauru/SP, 17-18 maio 2018.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. Produza seu seminário. *In*: ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua**: literatura, produção de texto, linguagem - 2º ensino médio. São Paulo: Moderna, 2016. cap. 8. p. 180-183.

PERELMAN, Chaim. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: A nova retórica. 2. Ed. São Paulo: Martins Freire, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. **Gêneros orais e escritos na Escola**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2004.

Submetido em 31 de maio de 2022.

Aceito em 28 de julho de 2022.

MOBILIZAÇÃO DO *PATHOS*: A SELEÇÃO LEXICAL PARA CONVENCER E/OU PERSUADIR¹

MOVILIZACIÓN DEL *PATHOS*: LA SELECCIÓN LÉXICA PARA CONVENCER Y/O PERSUADIR

Gláucia Peçanha Alves²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar, em uma notícia, a mobilização do *pathos* por meio da seleção lexical a fim de evidenciar os efeitos de sentido gerados a partir das construções discursivas que visam a convencer e/ou persuadir os leitores. Na fundamentação teórica, partiu-se do pressuposto de que a argumentação é uma dimensão inerente a todo o discurso e que pode, também, ser efetuada por meio do *pathos*, das emoções, das paixões, inclusive, em textos do gênero notícia, que se pretende neutro e busca expor um efeito discursivo de objetividade. Por essa razão, a abordagem a ser desenvolvida encontra suporte nos estudos de autores como Aristóteles (1998), Plantin (1996), Amossy (2007, 2011, 2020), Mosca (2004, 2006), Fiorin (2012, 2015), Antunes (2003, 2012) e outros. Metodologicamente, do ponto de vista de seus objetivos, realizou-se uma pesquisa exploratória, pois encontra-se em fase preliminar. E, do ponto de vista da abordagem, o trabalho é qualitativo, visto que tem por base a interpretação dos meios verbais que a argumentação mobiliza, a atribuição de significado e o pesquisador é o instrumento chave. O *corpus* é composto por uma notícia publicada no jornal “Diário de Pernambuco”, no ano de 2019, referente ao assassinato de uma criança. A análise permitiu constatar que a seleção dos itens lexicais, considerando os contextos sociocultural e situacional em que se encontram, pode mobilizar o *pathos* para convencer e/ou persuadir. E isso evidencia a força e o direcionamento argumentativo do discurso. Acredita-se que este artigo adquire relevância acadêmica por buscar refletir sobre os efeitos de sentido provocados pela seleção lexical a serviço da argumentação, uma vez que itens lexicais são escolhidos com o propósito de suscitar emoções no interlocutor e, conseqüentemente, convencê-lo e/ou persuadi-

¹ Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) a concessão da bolsa de pesquisa, que possibilitou a realização deste artigo. Também agradeço aos pareceristas anônimos pelos comentários e sugestões. Eventuais lacunas ou imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

² Mestranda em Estudos Linguísticos - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Linguística Textual e Ensino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharela e licenciada em Letras Portugêses – Literaturas – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciada em Letras Portugêses – Espanhol – Literaturas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora de Língua Portuguesa do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – IEGRS/SEEDUC-RJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3226363350231799>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0928-9181> E-mail: glaupecanha@gmail.com

lo. Ademais, contempla a análise de uma notícia, que, *a priori*, não se configura por um viés argumentativo, o que aponta para a necessidade da pesquisa.

Palavras-chave: argumentação; emoção; notícia.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar, en una noticia, la movilización del *pathos* a través de la selección léxica para resaltar los efectos de sentido generados por las construcciones discursivas que buscan convencer y/o persuadir a los lectores. En la fundamentación teórica, partimos del supuesto de que la argumentación es una dimensión inherente a todo discurso y que también puede realizarse a través del *pathos*, de las emociones, de las pasiones, incluso en textos de género informativo, que pretende ser neutral y busca exponer un efecto discursivo de objetividad. Por ello, el enfoque a desarrollar encuentra apoyo en los estudios de autores como Aristóteles (1998), Plantin (1996), Amossy (2007, 2011, 2020), Mosca (2004, 2006), Fiorin (2012, 2015), Antunes (2003, 2012) y otros. Metodológicamente, desde el punto de vista de sus objetivos, se realizó una investigación exploratoria, por encontrarse en una fase preliminar. Y, desde el punto de vista del abordaje, el trabajo es cualitativo, pues se basa en la interpretación de los medios verbales que la argumentación moviliza, la atribución de sentido y el investigador es el instrumento clave. El *corpus* consta de una noticia publicada en el diario “Diário de Pernambuco”, en el año 2019, referente al asesinato de un niño. El análisis mostró que la selección de elementos léxicos, considerando los contextos sociocultural y situacional en los que se encuentran, puede movilizar el *pathos* para convencer y/o persuadir. Y esto demuestra la fuerza y la dirección argumentativa del discurso. Se cree que este artículo adquiere relevancia académica porque busca reflexionar sobre los efectos de sentido provocados por la selección léxica al servicio de la argumentación, ya que los elementos léxicos son elegidos con el fin de despertar emociones en el interlocutor y, en consecuencia, convencerlo y/o persuadirlo. Además, contempla el análisis de una noticia, que, *a priori*, no está configurado por una orientación argumentativa, lo que apunta la necesidad de investigar.

Palabras clave: argumentación; emoción; noticias.

Introdução

A linguagem é necessária para o ser humano, pois, conforme afirma Geraldini (2010, p. 34), “[...] é condição *sine qua non* na apreensão e formação de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; ela é ainda a mais usual forma de encontro, desencontro e confronto de posições porque é através dela que estas posições se tornam públicas”. Por conseguinte, a língua é necessária também, visto que, ao usá-la, “[...] o homem realiza ações, age, atua sobre o interlocutor. Assim, a interação social por intermédio da língua, caracteriza-se, essencialmente pela argumentatividade” (KOCH, 2000, p. 19). Nesse sentido, a argumentatividade³ é um aspecto constitutivo da linguagem humana. A argumentação é uma dimensão

³ Em relação aos termos “argumentatividade” e “argumentação”, alguns autores fazem distinção. Para os que a fazem, este corresponde ao exercício da linguagem, de um modo mais amplo possível, e aquele está relacionado ao texto que tem uma visada argumentativa. Entretanto, aqui neste trabalho, estão em uma relação de sinonímia.

inerente a todo discurso, uma vez que, por meio dele, o homem busca convencer e/ou persuadir⁴.

Desse modo, assim como Reboul (1998, p. 1) defende que “[...] a retórica é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir [...]”, Moura e Mello (2008) delegam o mesmo caráter à argumentação. Os autores acreditam que “[...] assim como a retórica, a argumentação começou a ser praticada no instante em que o homem lançou mão da comunicação e da linguagem no mundo [...]” (MOURA; MELLO, 2008, p. 2).

Dessa forma, na construção da argumentação, há de se considerar todos os componentes envolvidos na interação discursiva, principalmente, o interlocutor⁵, uma vez que todo locutor, ao produzir seu texto, tem por objetivo atuar sobre o outro da conversação, na tentativa de convencê-lo e/ou persuadi-lo acerca de algo.

Neste trabalho, por exemplo, o objeto de estudo está diretamente relacionado ao interlocutor, uma vez que o objetivo deste artigo é analisar a mobilização do *pathos* por meio da seleção lexical a fim de evidenciar os efeitos de sentido provocados a partir das construções discursivas que visam a convencer e/ou persuadir os leitores.

Antes da publicação do *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a retórica de Aristóteles ficou relegada por um período considerável, pois seus opositores argumentavam que, de fato, as provas deveriam ser factuais. Os argumentos não deveriam suscitar as emoções (*pathos*), o raciocínio lógico (*logos*) é que deveria ser priorizado. Assim, estudiosos como, por exemplo, Angenot (2008 *apud* AMOSSY, 2020), que defendem as teorias da argumentação contra às paixões, entendem que a emoção não pode estar presente no raciocínio lógico e na interação argumentativa. Para esses autores, é o *logos* (discurso e razão) que importa. “A maior parte das teorias da argumentação tomaram partido contra a intromissão das emoções [...]” (AMOSSY, 2020, p. 201), pois “[...] teme-se a uma lógica das paixões que encerre os homens em convicções irracionais, tornando-os surdos aos argumentos do outro” (AMOSSY, 2020, p. 200).

⁴ Sobre a diferença entre “convencer” e “persuadir”, conferir Abreu (2005), em *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. E Valente (2012), por exemplo, assevera que “no campo da Argumentação, faz-se necessário distinguir convencer de persuadir”. No entanto, alguns autores não fazem distinção entre esses termos. E outros, consideram persuasão sinônimo de argumentação.

⁵ Os termos leitor, interlocutor, alocutário e auditório, neste trabalho, estão em uma relação sinonímica, mas nem sempre há uma correspondência entre alguns desses termos.

No entanto, como argumenta Amossy (2020, p. 206), “[...] não há, pois, nenhuma razão para ver na emoção uma interferência indevida. É nessa perspectiva que a argumentação no discurso se aplica em buscar na própria trama dos textos a imbricação constitutiva do *pathos* e do *logos*”. Assim, este trabalho defende o entendimento de que a argumentação pode, também, ser efetuada por meio do *pathos*, das emoções, das paixões, inclusive em textos do gênero notícia, que se pretende neutro e busca expor um efeito discursivo de objetividade.

Outrossim, acredita-se que este artigo adquire relevância acadêmica por apresentar uma discussão teórico-analítica pertinente aos estudos da linguagem, sobretudo, aos preceitos da argumentação, uma vez que a proposição expõe que elementos textuais, os itens lexicais, podem suscitar emoções no interlocutor. Dessa forma, busca-se refletir sobre os efeitos de sentido provocados pela seleção lexical, visto que, este trabalho parte do pressuposto de que o locutor não se isenta de comprometimento com o que escreve/fala, pois ele se posiciona por meio de suas escolhas lexicais, as quais regulam a intencionalidade e os propósitos argumentativos presentes nos textos. Ademais, ainda contempla a análise de uma notícia, gênero textual discursivo que, *a priori*, não se configura por um viés argumentativo, para abordar a temática da argumentação, ou seja, atesta-se a necessidade de pesquisa.

Para além desta introdução, o presente artigo está organizado da seguinte forma: na segunda seção, há os pressupostos teóricos que embasam o trabalho; na terceira, apresenta-se o procedimento metodológico adotado para a realização da análise; na quarta, há a análise da notícia selecionada como objeto de estudo; e, na quinta, apresentam-se as considerações finais. Por fim, são expostas as referências usadas neste artigo.

Argumentação: a relevância da seleção lexical na mobilização do *pathos*

O ser humano, para conseguir seus objetivos, vale-se, prioritariamente, de textos argumentativos, sobretudo, busca-se interagir, pois “[...] por ser gregário, quer quase sempre agir sobre outro; tenta convencê-lo ou intenta persuadi-lo. De Aristóteles e Kant a Perelman/Olbrechts-Tyteca e Othon M. Garcia, *convencer e persuadir* são aspectos indispensáveis do argumentar” (VALENTE, 2012, p. 45).

O ato de argumentar é inerente ao uso da linguagem, é um processo inato das práticas sociais. Segundo Plantin (1996, p. 18), “[...] todo discurso é necessariamente argumentativo. É um resultado concreto da enunciação em situação”⁶. Fiorin (2015) concorda que todos os discursos são argumentativos e explica que “[...] na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento”, ou seja, todo discurso é sempre “[...] uma reação responsiva a outro discurso [...]” (FIORIN, 2015, p. 29).

Maingueneau (2011), assim como Plantin (1996), enfatiza a questão da enunciação na análise da argumentação. O autor expõe que “[...] não poderíamos, portanto, estabelecer o texto como um conteúdo independente das condições de sua enunciação, nem reduzir a argumentação ao estatuto de meio a serviço de uma persuasão.” (MAINGUENEAU, 2011, p. 85).

Essa exposição evidencia duas perspectivas da argumentação: “intenção argumentativa” e “dimensão argumentativa”. De acordo com Amossy (2011), a primeira constitui-se em uma estratégia de persuasão programada e a segunda corresponde à tendência que todo discurso tem de orientar os modos de ver do(s) parceiro(s).

Na “intenção argumentativa”, o locutor apresenta uma tese (de modo formal), defende seu ponto de vista apresentando argumentos (formais), a fim de sustentar a tese apresentada como, por exemplo, no discurso eleitoral ou no anúncio publicitário. “Quando há a intenção, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas – uma estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão” (AMOSSY, 2011, p. 131).

Já na “dimensão argumentativa”, a argumentatividade é vista como inerente ao discurso. E não há uma intenção explícita de persuasão, isto é, “[...] a estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida [...]” (AMOSSY, 2011, p. 132), como, por exemplo, na notícia de jornal. Conforme explica Amossy (2011), nessa perspectiva, a estratégia de persuasão

⁶ No original: “Toute parole est nécessairement argumentative. C’est un résultat concret de l’énonciation en situation” (PLANTIN, 1996, p. 18 – tradução própria).

aparece na verbalização que produz um discurso cujo objetivo declarado é outro e não o argumentativo: um discurso de informação, uma descrição, uma narração cuja vocação é contar o registro de uma experiência vivida em um diário de viagem ou diário, um testemunho que relata o que o sujeito viu, uma conversa familiar em que os parceiros jogam conversa fora sem a pretensão de fazer triunfar uma tese etc. Portanto, o que é importante é identificar e analisar a maneira como esses discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira (AMOSSY, 2011, p. 132).

Assim, para orientar os procedimentos de análise da argumentação no discurso, faz-se necessário estabelecer a perspectiva adotada, pois, a depender desta e do gênero textual/discursivo em questão, certas categorias de análise serão eleitas e outras não. A proposta deste trabalho é analisar uma notícia de jornal, ou seja, trata-se de um discurso que se pretende neutro, objetivo e informativo, logo, a perspectiva explorada é a da dimensão argumentativa.

Para tanto, além dos estudos de Plantin (1996) e Fiorin (2015), este artigo toma, como pressuposto teórico, os trabalhos de Mosca (2004) por esta pesquisadora, também, partir do princípio de que a argumentação está inserida em toda e qualquer atividade discursiva e por considerar o fato de que argumentar significa reconhecer o outro como capaz de reagir e interagir perante o posicionamento de ideias; e de Amossy (2011, p. 129), que assevera que “[...] mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar”. A autora, ainda, expõe que a fala está relacionada a um lugar social e a instâncias institucionais. Para ela, a argumentação “depende das possibilidades da língua e das condições sociais e institucionais que determinam parcialmente o sujeito, fora dos quais a orientação ou a dimensão argumentativa do discurso não pode ser apreendida com discernimento”. (AMOSSY, 2007, p. 128).

Na Teoria da Argumentação do Discurso proposta por Ruth Amossy, a argumentação é entendida como

[a] tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. Essa é a definição que eu desenvolvi em *L'argumentation dans le discours* (2006 [2000]), ampliando a da nova retórica de Perelman, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. Essa ampliação permite à argumentação, tomada como

sinônimo de retórica ou de arte de persuadir, tratar do vasto leque de discursos, tanto os privados, quanto os públicos, que circulam no espaço contemporâneo, e reivindicar seu lugar nas Ciências da Linguagem sem, por isso, precisar, como sugere Patrick Charaudeau, recorrer à psicologia ou à psicologia social (AMOSSY, 2011, p. 13).

Como Amossy (2011) explica, a argumentação, nessa teoria, é tomada como sinônimo de retórica ou de arte de persuadir, conseqüentemente, “leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente” (AMOSSY, 2011, p. 134).

Em sua “Retórica”, Aristóteles (1998), na ausência de provas factuais, define três espécies de provas artísticas de persuasão fornecidas pelo discurso: “umas residem no carácter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*]” (ARISTÓTELES, 1998, p. 49).

Das três provas retóricas (de persuasão ou argumentos) supracitadas, este trabalho tem por objetivo analisar a mobilização da segunda, o *pathos*. Esta prova refere-se às paixões, às emoções e aos sentimentos suscitados no auditório. É uma estratégia discursiva que visa a persuadir o alocutário.

O *pathos* incide diretamente sobre o auditório. Examinar suas características e conseqüências significa, para Aristóteles, ver o que pode tocar a afetividade, conhecer a natureza das emoções e o que as suscita, perguntar-se a quais sentimentos o alocutário é suscetível em virtude de seu *status*, de sua idade... Esse saber é necessário ao orador que quiser fazer uso da cólera, da indignação, da piedade como meio oratório. O termo *pathe*, plural de *pathos*, designa assim as emoções que um orador “tem interesse em conhecer para agir com eficácia sobre os espíritos” e que são “a cólera e a calma, a amizade e o ódio, o temor e a confiança, o pudor e a impudência, a gentileza, a piedade e a indignação, a cobiça, a emulação e o desprezo” (Patillon, 1990: 69 (*sic*)) (AMOSSY, 2020, p. 195).

A mobilização do *pathos* é uma estratégia discursiva utilizada em vários gêneros, inclusive, os da esfera jornalística para tentar persuadir o interlocutor. É possível encontrar o uso dessa estratégia em várias manchetes e notícias, por exemplo, uma vez que “[...] persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos

variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 1998, p. 49).

Dessarte, o locutor busca a sensibilização de seu interlocutor por meio das marcas linguísticas, por meio da seleção lexical feita. Isto é, o locutor, no âmbito do gênero textual/discursivo em questão, realiza um trabalho linguístico para escolher, selecionar as palavras adequadas com o propósito de conseguir seus objetivos, porque “[...] por trás das palavras mais simples, das informações mais triviais, existe uma visão de mundo, um modo de ver as coisas, uma crença” (ANTUNES, 2003, p. 82). E, conforme defende Amossy (2011, p. 13), há uma “[...] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir [...]”, então, o locutor, a partir de suas escolhas lexicais, busca suscitar emoções, sentimentos afins nos leitores para que estes possam aderir aos seus modos de pensar, de ver, de sentir.

Ainda sobre tal questão, “[...] todo ato de linguagem é, em alguma medida, um modo de agir, no sentido de que pretende alcançar certo efeito prático. A escolha dessa ou daquela palavra está na dependência de se conseguir esses efeitos” (ANTUNES, 2012, p. 43). O produtor do texto, ao usar determinada palavra em detrimento de outras, está se posicionando em relação à sua ideologia, pensamento, vontade, inclusive, pode indicar, expor pistas de sua classe social, nível cultural, de escolaridade dentre outras características.

O léxico configura-se como um dos elementos essenciais para que se possa “ler” fatos de história e cultura de determinada comunidade, pois é pelo uso da palavra que se revelam traços de cultura, identidade e visões de mundo, envolvendo “todo o universo da significação, o que inclui toda a nomenclatura e a interpretação da realidade” (BIDERMAN, 2001, p. 198. *apud* SANTOS *et al.*, 2014, p. 112).

Nesse sentido, os léxicos escolhidos expõem as visões de mundo do locutor, seu posicionamento, por conseguinte, as escolhas lexicais não são neutras, antes, são carregadas de intenções, de propósitos argumentativos. Por isso,

[...] pensar ‘nos efeitos decorrentes da escolha das palavras’ é reconhecer que, em um texto, uma palavra expressa mais que um sentido; ela serve também à expressão de uma intenção, de um propósito (às vezes, mais de um!), em função do que determinadas palavras (e não outras) são particularmente escolhidas (ANTUNES, 2012, p. 43).

Sendo assim, a depender dos objetivos, dos propósitos, dos efeitos de sentido que se quer alcançar, o locutor escolhe as palavras para tocar nas emoções, nos sentimentos de seus interlocutores. Ele busca envolvê-los, conquistá-los, persuadi-los, escrevendo/falando aquilo que eles gostariam de ler/ouvir. Por isso, “[...] qualquer argumentação, para ser eficaz, deve apoiar-se em teses admitidas pelo próprio auditório” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 325). Visto que o locutor constrói discursos para defender suas ideias, buscando o diálogo com seus interlocutores para convencê-los e/ou persuadi-los acerca da validade de suas teses, pensamentos, sentimentos e modos de ver o mundo. A seleção lexical, portanto, é baseada nos efeitos de sentido que o locutor almeja construir com o propósito de atingir os interlocutores e influenciá-los a pensar, a ver, a sentir, a agir como ele.

Posto isso, adiante, será apresentada a metodologia adotada e, a seguir, a análise de uma notícia, demonstrando como as pistas linguísticas podem ser exploradas, como a seleção lexical pode mobilizar o *pathos*, viabilizando os interlocutores a experienciarem certas emoções e, assim, convencê-los e/ou persuadi-los.

Metodologia

No plano metodológico, realizou-se um trabalho de natureza qualitativa, pois, conforme a fundamentação teórica adotada, foi feita uma análise interpretativa de uma notícia. A notícia foi publicada no jornal “Diário de Pernambuco”, no dia 12 de junho de 2019, e expõe o caso da morte do menino Rhuan.

Assim, tomando por base que a argumentação está em todo e qualquer discurso (dimensão argumentativa), optou-se por se trabalhar com o gênero notícia, justamente, por ser considerado um gênero que apresenta um discurso caracteristicamente informacional, neutro e imparcial. No entanto, este trabalho parte da premissa de que não há imparcialidade nos textos jornalísticos, pois um jornalista acaba se posicionando, por exemplo, por meio das escolhas lexicais na construção do texto. Desse modo, o procedimento de análise foi diferente do utilizado em um texto cujas finalidades primeiras são convencer e persuadir e, portanto, apresenta argumentos formais, como um artigo de opinião, por exemplo.

Neste trabalho, o procedimento se deu pela análise dos elementos da linguagem considerando o contexto em que tais elementos se encontram, ou seja, não se buscou argumentos formais nem estratégias argumentativas de um discurso. Buscou-se “[...] estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como um efeito visado (ou suposto), sem nunca ter a garantia sobre o efeito produzido” (CHARAUDEAU, 2010, p. 34).

Salienta-se que este artigo não tem por objetivo analisar o gênero textual/discursivo (notícia) nem a estrutura macrotextual, logo não há um enfoque nas partes da notícia: manchete, subtítulo, *lead* e parágrafos satélites. Na análise, a seguir, o título principal, em tamanho de fonte maior, é referido como manchete mesmo, os demais títulos, em tamanho de fonte menor e em negrito, são referidos como subtítulos e as outras partes como parágrafos simplesmente. O objetivo principal do trabalho é mostrar como a seleção lexical pode mobilizar o *pathos* a fim de convencer e/ou persuadir o interlocutor do texto. Convém acrescentar que a foto exposta na notícia não foi analisada, somente a linguagem verbal.

Análise e discussão dos dados

A notícia a seguir é reproduzida, praticamente, em sua integralidade, somente a fotografia do menino Rhuan foi retirada.

Assassinato do menino Rhuan é roteiro de um filme de terror

O assassinato do menino Rhuan Maycon, nove anos, é um dos casos mais chocantes da história de Brasília, um capítulo que não pode ser esquecido, nem tratado como apenas mais um inquérito policial.

O relato do delegado Guilherme Souza Melo e o laudo do perito médico-legista Christopher Diego Martins sobre o passo a passo do crime são o roteiro de um filme de terror.

O garoto teve uma vida de tortura e de maus-tratos constantes. Odiado pela mãe, Rosana Auri da Silva Cândido, 27, e pela companheira dela, Kacyla Priscyla Santiago, 28, a criança teve uma morte extremamente cruel e covarde.

A partir de agora, só leia se tiver estômago

Um ano antes do homicídio, Rhuan teve o pênis e os testículos removidos de forma artesanal, em casa, o que provocou sérias consequências.

A uretra se retraiu, formando uma fístula por onde saía a urina, apenas sob pressão. Assim, urinar tornou-se um suplício, um momento de extrema dor. Proibido pela mãe, ele não saía para brincar, ir à escola ou interagir com outros meninos.

A morte ocorreu dentro do próprio quarto. A primeira facada, no peito, desferida pela própria mãe, o pegou de surpresa, enquanto dormia. A seguir, foram outros 11 golpes nas costas. Rhuan foi decapitado quando ainda mantinha reações vitais. A mãe e a namorada começaram, então, o processo para ocultar o corpo.

Enquanto Rosana esquetejava o menino, Kacyla acendeu a churrasqueira. A mãe tentou arrancar os olhos da criança, mas não conseguiu.

Então, ela arrancou toda a pele do rosto do menino, da base do pescoço até o crânio. Como os tecidos não amoleciam, elas resolveram retirar as vísceras e esconder em duas mochilas infantis. Os detalhes são pavorosos.

Escândalo

Para a Polícia Civil, as duas mulheres demonstraram ódio da figura masculina e total desprezo à criança.

Há uma suspeita de motivação religiosa, fanatismo, visões demoníacas. Testemunhas contaram que elas tinham um grande fervor religioso.

Em depoimento, o casal contou que o ódio a Rhuan decorre de o garoto ser fruto de um estupro. Mas essa teoria não se confirma com os fatos apurados. A história do pobre Rhuan é um escândalo.

Fonte:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2019/06/assassinat-o-do-menino-rhuan-e-roteiro-de-um-filme-de-terror.html>

Esta notícia escrita por Ana Maria Campos (2019), “Correio Braziliense”, no “Diário de Pernambuco”, tem a seguinte manchete: “Assassinato do menino Rhuan é roteiro de um filme de terror”.

Deveras, uma manchete é formulada com o intuito de chamar a atenção do leitor a fim de persuadi-lo a ler a notícia. E, na manchete desta notícia, a jornalista seleciona o sintagma “assassinato do menino”, que por si só já pode atrair as pessoas e despertá-las para ler todo o texto, visto que os temas trágicos costumam atrair, captar o leitor para a leitura. E, além disso, a escolha do léxico “menino” remete a uma pessoa menor de idade, a uma criança. Sendo assim, o uso desse sintagma pode suscitar sentimentos de ódio e revolta (*pathos*) contra as assassinas da criança e de

consternação pelo que o menino passou. Não há na manchete nenhuma menção a sentimentos, mas o texto contém uma tópica, pois está associado a uma situação que, na cultura ocidental, justifica determinadas emoções: assassinato, principalmente, de criança, como nesse caso. As crianças são inocentes, indefesas, o que já faz com que o leitor fique sensível ao que possa lhes acontecer. Ademais, a jornalista classifica o assassinato do menino Rhuan como “roteiro de um filme de terror”. Isto é, além de ela não aprovar o ocorrido, caracteriza-o como algo terrível, que causa pavor. Tal escolha reflete, nitidamente, o ponto de vista sobre o qual a jornalista (e, conseqüentemente, o jornal) constrói sua argumentação. Sua posição é, portanto, de indignação, é oposta a todo esse ato, assim como tem a certeza de que a de seus leitores também.

No primeiro parágrafo, após a manchete, a exposição da informação de que o menino tinha “nove anos” pode ter sido feita com o objetivo de tocar na emoção do leitor (*pathos*), pois essa quantificação mostra o quanto o menino era pequeno, sem condições de se defender e isso pode gerar mais revolta e indignação contra as responsáveis pelo crime e lamento e dor pelo Rhuan. E, ainda, o caso é classificado como um dos “mais chocantes da história de Brasília”. Tudo isso pode ir despertando a emoção dos leitores.

No terceiro parágrafo, a seleção dos termos “tortura” e “maus-tratos” para caracterizar a vida que a criança teve pode despertar os sentimentos de comiseração pela criança e raiva por quem a fez viver assim. Há, também, o uso do adjetivo “constantes” para marcar a frequência dos maus-tratos. O segundo período desse parágrafo é iniciado com uma forma participial, “odiada”. Esta é uma oração adjetiva reduzida de particípio que caracteriza a criança (que era odiada pela mãe) e, conseqüentemente, pode gerar sentimento de indignação nos leitores. E, ainda, há o uso dos adjetivos “cruel” e “covarde” para caracterizar a morte que a criança teve e do advérbio “extremamente” intensificando o emprego dos adjetivos. Tais usos ocasionam efeitos de sentido que podem sensibilizar os interlocutores.

Após, no subtítulo “A partir de agora, só leia se tiver estômago”, o uso da linguagem figurada “se tiver estômago” constitui um recurso a favor da argumentação de que o que ocorreu com o menino Rhuan é um “roteiro de um filme de terror”, é algo terrível. O emprego de figuras de linguagem, principalmente de metáfora (Assassinato do menino Rhuan é roteiro de um filme de terror), como há

nesta notícia, contribui para a produção de efeitos persuasivos. Em seguida, há uma sequência narrativa capaz de mobilizar os sentimentos do auditório em favor da “tese” (da ideia, do posicionamento) apresentada. Isto é, pode provocar o *pathos*, uma vez que as informações dadas podem gerar um efeito de indignação, cólera, revolta no leitor ao saber que um ser indefeso foi torturado e assassinado brutalmente, ademais, pela própria mãe.

Ao utilizar argumentativamente uma narrativa, o locutor serve-se quer da sua força explanatória, quer da sua força afetiva para ganhar a adesão do(s) alocutário(s) para as posições que sustentou anteriormente e que são narrativizadas através de episódios exemplificativos ou de episódios que testemunham, de uma forma veemente, o seu comprometimento com a tese que se pretende defender. Desta forma, a narrativa revela-se um potente instrumento de envolvimento (cf. Tannen, 1982) do(s) interlocutor(es) nas crenças e convicções que lhe deram origem. Ao ser convidado a “presenciar” eventos que estão diretamente relacionados com a tese defendida, o alocutário torna-se “testemunha” de acontecimentos que são recriados para ele, envolvendo-o como se de uma experiência pessoal se tratasse (MORAIS; BATORÉO, 2012, p. 160).

Assim sendo, ao relatar tudo o que as assassinas fizeram à criança, a jornalista serve-se de sua força afetiva, materializada nas escolhas lexicais, para persuadir, convencer, ganhar a adesão de seus leitores. Então, narrando, detalhadamente, as ações das autoras do crime, ela vai envolvendo os leitores no caso e eles tornam-se “testemunhas” do acontecimento recriado podendo, assim, desencadear neles algum estado emocional que os faça concordar com a jornalista.

A última parte da notícia pode gerar nos leitores sentimento de indignação pela questão do envolvimento religioso, por supostamente alegarem haver influências demoníacas. E por testemunharem que as assassinas tinham um grande fervor religioso, pois é difícil aceitar que alguém que tem um fervor religioso pode cometer uma barbárie desse tipo. Além disso, a informação de que o “[...] o ódio a Rhuan decorre de o garoto ser fruto de um estupro [...]” também pode gerar revolta, porque ainda que essa informação fosse verdadeira, a criança não teria nenhuma culpa neste crime de estupro, ou seja, a criança é a maior vítima por pagar com a vida por um crime que não cometeu.

Para finalizar, cabe destacar o emprego do adjetivo “pobre” em “A história do pobre Rhuan é um escândalo”. Esse emprego revela um determinado grau de

subjetividade e pode ocasionar certo efeito de sentido nos interlocutores. O emprego da palavra “pobre” não transmite simplesmente o significado de “uma pessoa sem recursos; necessitado”, mas, mais do que isso, transmite o significado de “uma pessoa que inspira comiseração”. De acordo com Fiorin (2012, p. 58), “[...] não há objetividade e neutralidade no discurso, porque, mesmo quando se cria um efeito de objetividade, o ponto de vista do sujeito vai estar marcado por substantivos, adjetivos, etc. O lugar enunciativo vai estar sempre assinalado”. A seleção “adequada”, “correta” faz toda diferença porque determinadas palavras, mais expressivas que outras, tendem a enfatizar o posicionamento, a intenção, a tese do locutor.

Considerações finais

Partindo do pressuposto de que a argumentatividade é um aspecto constitutivo da linguagem humana, este trabalho teve por objetivo refletir sobre a importância da seleção lexical e mostrar como ela pode revelar o posicionamento do locutor e mobilizar o *pathos* a fim de convencer e/ou persuadir os interlocutores.

O presente trabalho permite constatar que a língua em uso não é neutra, que as palavras podem veicular valores que favorecem a sustentação de certos argumentos. Porque todo sujeito sofre interferência de uma história, de uma ideologia e de um contexto, isto é, são atravessados por discursos construídos sobre valores, que acabam sendo transmitidos em seus discursos, em seus textos. Assim, são as intenções dos sujeitos que os orientam a selecionar as palavras adequadas aos seus propósitos argumentativos.

Buscou-se, neste artigo, uma tentativa de assimilação das obras clássicas com as produzidas pela Análise do Discurso com a finalidade de aplicá-las em um texto de natureza midiática, uma notícia de jornal veiculada na *internet*.

Por intermédio da análise da notícia, pode-se constatar que, realmente, como defende Amossy (2011), a argumentação não se dá somente quando há adesão a uma tese (de modo formal), mas também a modos de pensar, de ver e de sentir, pois um discurso pode modificar, reorientar, ou mais simplesmente, reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão do interlocutor sobre determinado assunto. Na notícia analisada, a argumentação não se deu, como ocorre, por exemplo, em artigos

de opinião, pelo emprego de argumentos formais, simplesmente, mas foi sendo construída ao longo de todo o discurso. E, neste trabalho, buscou-se evidenciar a mobilização do *pathos*, que se deu pela seleção lexical, considerando os contextos linguístico, sociocultural e situacional nos quais os itens lexicais se encontram. Então, embora a notícia seja um gênero classificado como informativo, expositivo, que tem por objetivo principal relatar um acontecimento sem apresentar opinião, a seleção lexical pode apontar o posicionamento, a opinião do locutor e pode, também, mobilizar o *pathos* a fim de convencer e/ou persuadir os interlocutores. E isso evidencia a força e o direcionamento argumentativo do discurso.

Referências

- ADAM, J. M. **Textos**: tipos e protótipos. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução de Adriana Zavaglia. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.
- AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.
- ANTUNES, I. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.
- ARISTÓTELES. Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In: **Retórica**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998. p. 48-58.
- CAMPOS, A. M. Assassinato do menino Rhuan é roteiro de um filme de terror. Correio Braziliense. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br> Acesso em: 22 de abr. de 2022.
- CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. v. 2. p. 23-56.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, J. L. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, R. (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GERALDI, J. W. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.
- KOCH, I. G. V. **A argumentação pela linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- PLANTIN, C. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
- PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de M. E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MAINGUENEAU, D. Argumentação e Análise do Discurso: reflexões a partir da segunda Provincial. Tradução de Eduardo Lopes Piris; Moisés Olímpio Ferreira. In: BARONAS, Roberto Leiser; MIOTELLO, Valdemir (Orgs.) **Análise de Discurso**: teorizações e métodos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 69-86.
- MORAIS, A. J. B.; BATORÉO, H. J. Quando e porquê contamos uma história? Narrativa e argumentação: o caso das narrativas conversacionais. **Estudos Linguísticos/Linguistics Studies**, 8 Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, 2012, pp. 151-162.
- MOSCA, L. S. (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006.
- MOSCA, L. S. **Retórica de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- MOURA, J. B.; MELLO, R. Construção e desconstrução de imagens no discurso da imprensa escrita piauiense. **Revista Gelne**, Natal/RN, v. 10, n. 1, p. 3-10. 2008.
- REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SANTOS, O.J; DAL CORNO, G.O.M. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. **Revista Trama**, v. 10, 2014.
- VALENTE, A. C. Léxico, texto e discurso na mídia e na literatura: a argumentação. In: Neusa Barbosa Bastos. (Org.). **Língua Portuguesa**: aspectos linguísticos culturais e identitários. 1ed.São Paulo: Neusa Barbosa Bastos/EDUC, 2012, p. 43-54.

Submetido em 31 de maio de 2022.

Aceito em 09 de agosto de 2022.